

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CENTRAL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS
E HUMANAS – NELSON DE ABREU JÚNIOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

GABRIELLA VANESSA GONÇALVES DA SILVA GARCIA

LEVANTAMENTO DAS LÍNGUAS DE SINAIS INDÍGENAS JÁ
CATALOGADAS NO BRASIL

Anápolis-GO

2024

GABRIELLA VANESSA GONÇALVES DA SILVA GARCIA

**LEVANTAMENTO DAS LÍNGUAS DE SINAIS INDÍGENAS JÁ
CATALOGADAS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre/a em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de pesquisa: Linha 2 – Linguagens e práticas sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Vieira Cândido.

Anápolis-GO

2024

LEVANTAMENTO DAS LÍNGUAS DE SINAIS INDÍGENAS JÁ CATALOGADAS NO BRASIL

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 30 de abril de 2024.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Gláucia Vieira Cândido (Universidade Federal de Goiás -
UFG/Universidade Estadual de Goiás - UEG)
Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Viviane Pires Viana Silvestre (Universidade Estadual de
Goiás/UEG)
Membro Interno

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Carneiro (Universidade Federal do Tocantins/UFTO)
Membro Externo

Profa.. Dra. Marlene Barbosa de Freitas Reis (Universidade Estadual de
Goiás/UEG)
Membro Interno - Suplente

Profa. Dra. Elena Ortiz Preuss (Universidade Federal de Goiás /UFG)
Membro Externo - Suplente

Anápolis-GO, 30 de Abril de 2024.

Dedico este estudo aos surdos, em especial aos surdos indígenas, pesquisadores, questionadores, críticos, que buscam novos caminhos para manter sua cultura viva e abrindo-se a pluralidades de sinais e vozes ao longo da caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus...

Que me concedeu a oportunidade para ingressar e estar concluindo mais uma etapa na vida acadêmica, que nos momentos árduos onde eu pensava em desistir, me visitava com ânimo, alegria, refrigerava minha mente e me conduzia a caminhos de descanso. Por proporcionar um tempo em meio a correria do dia a dia e tantas outras atividades que com afinco e perseverança executo visando a uma qualidade de vida melhor, para que eu pudesse pesquisar uma temática que faz meu coração se alegrar. Por sua graça que nunca se finda em minha vida, permitindo assim ter minha família ao meu lado durante todos os processos independente de bons ou ruins. Por capacitar-me a pensar e escrever a respeito de um tema que faz meu coração se alegrar, por saber que irei contribuir para com futuros pesquisadores e comunidades de surdos indígenas e suas línguas de sinais. Obrigada, Senhor, por me fazer perceber que, em todos os caminhos, vejo evidências de sinais, sinais de seu grande amor.

À família...

Ao meu esposo, meu amor, respeito e admiração. Ele sempre me incentivou a perseverar.

Em especial a minha mãe que me ensinou que o estudo abre portas e por celebrar comigo todas vitórias e conquistas.

Ao meu irmão, avós e pai por serem o alicerce de que eu precisava. Obrigada! Eu os levarei sempre comigo!

Ao PPG-IELT-UEG...

Meu muito obrigado à Universidade Estadual de Goiás; a todos os professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT-UEG), que contribuíram para o meu

aprendizado em todos os momentos do curso de mestrado realizado nessa instituição e, também, para com minha pesquisa, tornando possível o desenvolvimento de uma proposta que contribua para com a minha vida pessoal e profissional.

À professora Orientadora...

Meus sinceros agradecimentos, porque, mesmo em meio a sua agenda atarefada, encontrou tempo para contribuir e corrigir rotas da pesquisa e me orientou durante todo o processo de escrita. Foram muitas vídeo-chamadas realizadas para conversarmos e tirar dúvidas, muitas mensagens respondidas, as quais me permitiram um melhor desempenho no processo de formação pessoal e especialmente profissional.

À Banca examinadora...

O meu muito obrigada aos queridos professores: Dra. Gláucia Vieira Cândido, Dra. Viviane Pires Viana Silvestre e Dr. Bruno Gonçalves Carneiro, que estiveram presentes na banca de qualificação e defesa desta dissertação. Agradeço também às professoras suplentes das bancas de qualificação e defesa: Dra. Juliana Guimarães Faria (PPGLL-FL-UFG), Dra. Elena Ortiz Preuss (PPGLL-FL-UFG) e Marlene Barbosa de Freitas Reis (PPGIELT-UEG), que gentilmente aceitaram ler a dissertação e contribuir, caso necessitassem ser acionadas para a sessões de qualificação e defesa de meu mestrado.

RESUMO

Ao considerar a construção de diálogos interculturais, a cultura e identidade dos povos indígenas do Brasil, precisamos também considerar o surdo indígena e sua língua de sinais, o que é de grande importância para seu crescimento dentro e fora de sua comunidade, tanto pela possibilidade histórica de serem extintas com o desaparecimento de seus sinalizantes como pela postura hegemônica de outras línguas de sinais nacionais. Essa pesquisa tem como tema principal o levantamento das línguas de sinais indígenas em processo de documentação no Brasil por meio de um estudo bibliográfico com base em documentos oficiais e estudos realizados sobre essas línguas, especificamente, de análise de documentos e conteúdos, a pesquisa realizada apresenta característica da metodologia denominada “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. quais eram, na data de realização do referido estudo, as línguas de sinais indígenas existentes no território brasileiro que mais me chamou atenção. Um dos resultados observados foi que as línguas de sinais indígenas, assim como as línguas indígenas orais, apresentam número reduzido de usuários, no caso de sinalizantes, quando comparado com o número dos de línguas de sinais nacionais. O problema para dar “continuidade” da língua é a inexistência de jovens sinalizantes. Além disso, é notória a falta de registro e documentação dessas línguas, o que contribui para a sua extinção. Como referencial teórico temos alguns pesquisadores sobre a temática como: Stokoe (1960) demonstrou inicialmente a possibilidade de um sinal dividir-se em três partes ou parâmetros fonológicos. Posteriormente, verificou-se que esses parâmetros eram cinco: configuração de mãos, movimento, ponto de articulação ou locação, orientação de mão e expressões não manuais. O status de língua natural atribuído às línguas de sinais é defendido por outros estudiosos também aqui no Brasil (cf. Brito, 2010, 1960; Quadros e Karnopp, 2004; Nascimento, 2009; Albuquerque e Xavier, 2022; dentre outros), especialmente, tendo como foco de análise a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Barnabé (2021) também relata que, na época em que os portugueses desembarcaram no Brasil, há mais de 500 anos,

provavelmente havia 5 milhões de indígenas pertencente a cerca de 1.500 etnias localizadas em todas as regiões do território brasileiro. Realizou-se uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, de caráter explicativo dentro do contexto histórico-social por meio de uma revisão bibliográfica utilizando as contribuições dos diversos autores que tratam do assunto, por meio de livros, artigos científicos publicados em diferentes periódicos nacionais e internacionais, teses e dissertações disponíveis nas bases de dados on-line das bibliotecas das universidades nacionais com foco na análise das línguas de sinais indígenas. Para esse referido trabalho utilizamos como critério de busca as línguas de sinais indígenas que tem um maior número de sinalizantes, excluimos aquelas que ainda não existem estudos ou catalogação, em toda pesquisa encontramos nove línguas das quais traremos informações do povo, da cultura, da localidade e de sua língua de sinais.

PALAVRAS-CHAVE: Surdo indígena, Língua de sinais, Minoritárias, Identidade.

ABSTRACT

When considering the construction of intercultural dialogues, the culture and identity of the indigenous peoples of Brazil, we also need to consider the indigenous deaf and their sign language, which is of great importance for their growth inside and outside their community, both due to the historical possibility of being extinct with the disappearance of their signers or by the hegemonic stance of other national sign languages. This research has as its main theme the survey of indigenous sign languages in the documentation process in Brazil through a bibliographic study based on official documents and studies carried out on these languages, specifically, document and content analysis, the research carried out presents characteristic of the methodology called “state of the art” or “state of knowledge”. Which were, at the time of carrying out this study, the indigenous sign languages existing in Brazilian territory that caught

my attention the most? One of the results observed was that indigenous sign languages, as well as oral indigenous languages, have a reduced number of users, in the case of signers, when compared to the number of national sign languages. The problem in providing “continuity” of the language is the lack of young signers. Furthermore, the lack of registration and documentation of these languages is notorious, which contributes to their extinction. As a theoretical reference we have some researchers on the subject such as: Stokoe (1960) initially demonstrated the possibility of a signal being divided into three parts or phonological parameters. Subsequently, it was found that these parameters were five: hand configuration, movement, point of articulation or location, hand orientation and non-manual expressions. The status of natural language attributed to sign languages is defended by other scholars also here in Brazil (cf. Brito, 2010, 1960; Quadros and Karnopp, 2004; Nascimento, 2009; Albuquerque and Xavier, 2022; among others), especially, with the Brazilian Sign Language (Libras) as the focus of analysis. Barnabé (2021) also reports that, at the time the Portuguese landed in Brazil, more than 500 years ago, There were probably 5 million indigenous people belonging to around 1,500 ethnicities located in all regions of Brazilian territory. A theoretical research with a qualitative approach, of an explanatory nature, was carried out within the historical-social context through a bibliographical review using the contributions of the various authors who deal with the subject, through books, scientific articles published in different national and international journals. , theses and dissertations available in the online databases of national university libraries with a focus on the analysis of indigenous sign languages. For this work, we used as search criteria the indigenous sign languages that have a greater number of signers, we excluded those that do not yet exist studies or cataloguing, in all research we found nine languages of which we will bring information about the people, the culture, the locality and their sign language.

KEYWORDS: Indigenous deaf, Sign language, Minorities, Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa das terras indígenas do Brasil.....	47
Figura 2 - Comparativo do recorte do mapa das famílias linguísticas indígenas do Mato Grosso com a cobertura vegetal do Estado.....	50
Figura 3 - Presença indígena na costa.....	51
Figura 4 - Os Ka'apor têm protegido a maior parte do que resta da floresta amazônica.....	59
Figura 5 - Mapa da terra indígena Sataré-Maué.....	62
Figura 6 - Área de Presença Guarani.....	64
Figura 7 - Em vermelho, o estado do Mato Grosso do Sul, onde se localiza a comunidade Terena.....	68
Figura 8 - Localização da comunidade Kaingang.....	72
Figura 9 - Terra indígena Sete de setembro em relação ao mapa de Rondônia.	74
Figura 10 - Cidade de Tocantínia localizada no Estado de Tocantins.....	77
Figura 11 - Localização dos indígenas Pataxó, localizados no Estado de Minas Gerais e Bahia.....	79
Figura 12 - Mapa do Estado de Pernambuco, mostrando o município de Pesqueira e o território indígena do povo Xukuru Ororubá.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE: Atendimento Educacional Especializado.

ASL: Língua Americana de Sinais.

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

CAPES: Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

CNPq: Conselho Nacional de Pesquisa.

DOAJ: *Directory of Open Access Journals.*

DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo.

FUNAI: Fundação nacional do Índio.

GO: Estado de Goiás.

PPCLIB: Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras.

GU: Gramática Universal.

IBICT: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

IDIL: Década Internacional das Línguas Indígenas.

INDL: Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

INES: Instituto Nacional de Educação de Surdos.

ISI: *Institute for Scientific Information.*

L1: Primeira Língua.

L2: Segunda Língua.

LBI: Lei Brasileira de Inclusão.

LE: Língua Estrangeira.

LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais.

LSAX: Língua de Sinais Akwe-Xerente.

LSGK: Língua de Sinais Guarani-Kaiowá.

LSKA: Língua de Sinais Kaigang.

LSKB: Língua de Sinais Urubu-Ka'apor Brasileira.

LSPS: Língua de Sinais Paiter Suruí.

LSSM: Língua de Sinais Sateré-Mauwé.

LTS: Língua Terena de Sinais.

LSP: Língua De Sinais Pataxó.

LSXO: Língua de Sinais Xukuru do Ororubá.

MCTI: Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação.

MEC: Ministério da Educação.

MINC: Ministério da Cultura.

MJ: Ministério de Justiça.

MPOG: Ministério de Planejamento e Gestão.

OCLC: *Online Computer Library Center.*

PPG-IELT: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias.

PPGLL-FL-UFG: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

SCIELO: Biblioteca eletrônica científica online.

UEG: Universidade Estadual de Goiás.

UFG: Universidade Federal de Goiás.

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco.

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

UNB: Universidade de Brasília.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I	30
1. APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO	30
1.1 Línguas de sinais: conceitos e definições	30
1.2 Aquisição de línguas de sinais	31
1.3 Línguas de sinais indígenas	34
1.4 Metodologia de pesquisa.....	38
1.4.1 Procedimentos metodológicos definidos para essa pesquisa	38
1.4.2 As fontes de pesquisa	40
CAPÍTULO II	44
2.1 POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS: SUA HISTÓRIA, SUAS LUTAS.....	44
2.2 Línguas Indígenas Brasileiras	45
2.2.1 Línguas indígenas no contexto mundial e nacional.....	45
2.2.2 Classificação genealógica das línguas indígenas brasileiras	48
2.2.3 Documentação e descrição das línguas indígenas brasileiras	52
2.2.4 Situações de uso das línguas indígenas brasileiras.....	55
2.2.5 Políticas linguísticas relativas às línguas indígenas brasileiras	56
CAPÍTULO III	58
3. LÍNGUAS DE SINAIS INDÍGENAS BRASILEIRAS.....	58
3.1 As Línguas de Sinais Indígenas Brasileiras	58
3.1.1 Língua de Sinais Urubu-Ka'apor Brasileira (LSKB)	59
3.2 Língua de Sinais Sateré-Mauwé (LSSM)	62
3.3 Língua de Sinais Guarani-Kaiowá (LSGK)	64
3.4 Língua Terena de Sinais (LTS)	68
3.5 Língua de Sinais Kaingang (LSKA)	72
3.6 Língua de Sinais Paiter Suruí (LSPS)	74
3.7 Língua de Sinais Akwe-Xerente (LSAX).....	76
3.8 Língua de Sinais Pataxó (LSP)	78
3.9 Língua de Sinais Xukuru do Ororubá (LSXO).	80
3.10 Síntese do capítulo.....	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	87

APRESENTAÇÃO

No ano de 2008, quando eu tinha 15 anos de idade, tive a grata oportunidade de conhecer a Língua de Brasileira de Sinais, a Libras, por meio de alguns alunos surdos¹ de minha mãe, Vanderlene Coelho, então professora regente da disciplina de História, na escola da rede pública Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas.

Como minha mãe se identificou com a Libras, decidi fazer cursos para se aperfeiçoar e, logo após concluir sua formação, também se tornou intérprete dessa língua de sinais nacional. Em 2006, sua paixão ultrapassou os muros da escola, pois alguns surdos, para os quais ela interpretava as aulas, estreitaram as relações pessoais tornando amigos pessoais e passaram também a frequentar nossa casa, na época, localizada no município de Minaçu, no Estado de Goiás.

Foi durante as visitas dos amigos surdos de minha mãe que me vi também encantada com o que, para mim, era uma nova maneira de conversar, de interagir com o outro. Na época, cheguei a ser dama de honra no casamento de um casal de nossos amigos surdos. Percebendo meu interesse, esses amigos começaram a me ensinar alguns sinais, ao mesmo tempo em que eu aprendia outros com minha mãe.

Parte desse contexto pessoal, portanto, o meu interesse pelas línguas de sinais. A princípio, é importante ressaltar, com foco na Libras, porque era a língua com essa estrutura que tive contato primeiramente. Todavia, em 2012, minha família precisou se mudar para outra cidade em busca de mais oportunidades de trabalho. Então, nosso destino foi o Município de Anápolis, também no Estado de Goiás. Lá, cursei Pedagogia na modalidade presencial na Universidade Estadual de Goiás (UEG), em que a disciplina de Libras era obrigatória para os graduandos, o que me proporcionou o aprendizado de

¹ Pessoas com algum tipo de perda auditiva, parcial ou total. De acordo com a *Recomendação BIAP, Classificação Audiométrica de Deficiências Auditivas* (1996), a audição é “medida por decibéis e tendo essas quatro principais perdas. Deficiência Auditiva Leve – Limiares entre 25 a 40 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Moderada – Limiares entre 41 e 70 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Severa – Limiares entre 71 e 90 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Profunda – Limiares acima de 90 dB”.

outros vocabulários, conhecer a cultura e parâmetros da Libras. Visando que uma língua não se restringe somente ao vocabulário.

Logo após o contato formal com a Libras, ingressei no Centro de Línguas da Universidade Evangélica buscando desenvolver meus conhecimentos sobre essa língua visando ingressar no âmbito profissional e uma melhor contribuição para com o aluno surdo.

Nesse âmbito, acabei me tornando intérprete de Libras da Rede Estadual de Ensino, trabalhando em escolas da cidade de Anápolis. Ao mesmo tempo, comecei a atuar como intérprete da língua de sinais também no meio religioso, em especial, nas igrejas evangélicas Assembleia de Deus Madureira, Batista e Assembleia de Deus, e, ainda, na Missão Novas Tribos do Brasil, em Anápolis.

De modo geral, minha participação como intérprete de Libras para surdos ocorria em ações não governamentais, por meio de trabalhos voluntários realizados em eventos. Era um momento de proporcionar acessibilidade às pessoas surdas, a maioria jovens e adultos, auxiliando nas traduções durante consultas médicas. Havia crianças surdas também e, em muitas oportunidades, observei que, nesses casos, os pais ou responsáveis se comunicavam com os filhos por meio da língua de sinais utilizada no âmbito familiar, que somente essa família compreendia no dia a dia.

Em 2017, ingressei no curso a distancia de Letras/Libras da Universidade Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Meu intuito era buscar mais aprendizado sobre a Libras e, conseqüentemente, mais desenvolvimento no uso da língua de sinais.

Em 2020, fui convidada pela Igreja Missão Novas Tribos do Brasil para traduzir, da Língua Portuguesa para a Libras, uma peça teatral realizada por não indígenas dentro de uma comunidade indígena em Roraima, uma peça missionária teatral intitulada: “O clamor de Batume” apresentada e dirigida pelos alunos do instituto Peniel.

Como naquele ano, o mundo estava começando a conviver com a grave crise sanitária internacional, decretada pela Organização Mundial de Saúde, em função da pandemia da Corona vírus SARS-Cov-2 (Covid-19), minha

participação no evento foi de forma remota com tradução simultânea realizada presencialmente na base missionária, onde montaram uma câmera, colocaram um fundo verde para que no vídeo transmitido pelo YouTube tivesse a janela do intérprete.

Nessa mesma época, tive a oportunidade de conhecer a história de uma criança surda indígena pertencente ao povo Hixkaryana², que havia, em companhia de seus pais, se deslocado de sua comunidade para Anápolis em busca de tratamento de saúde. Enquanto permaneceram na cidade do interior goiano, a família ficou aos cuidados da base missionária que me havia convidado para atuar na peça teatral.

Meu encantamento pela criança surda, que contava nove anos de idade naquela época, foi imediato. Afinal, era uma novidade, já que nunca havia tido contato com surdos que não fossem os usuários da Libras. Pude perceber que a pequena menina indígena utilizava uma língua de sinais de forma tímida. Os sinais eram diferentes dos que eu conhecia porque, sem dúvida, não eram sinais referentes à Libras. Certamente, ela fazia uso de sinais adquiridos dentro da comunidade.

Notei, talvez em função de terem sido poucos momentos de interação com ela, a ocorrência de um número pequeno de sinais e que, geralmente, para ser atendida em necessidade básicas, o recurso utilizado pela criança era apontar com a mão e o dedo indicador o referente desejado. Vi isso ocorrer, por exemplo, quando ela estava com sede ou fome. Nesse momento, apontava na direção em que havia bebedouro ou garrafas de água ou para onde estavam alimentos diversos. Às vezes, notei que ela também usava desenhos para se comunicar, mas, como já dito, sua língua de sinais, empregada especialmente para interagir com a mãe, era bastante restrita.

Depois da experiência de contato com a pequena surda indígena, sua família e sua língua de sinais diferente da Libras, passei a me interessar pelo universo indígena, em particular, pela educação indígena, a qual é geralmente

² Nome genérico usado para designar vários grupos que falam língua e possuem cultura semelhantes. Esses grupos habitam atualmente os vales dos rios Nhamundá, Amazonas-Pará, e médio Jatapu, no Amazonas (cf. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Hixkaryana>. Acesso em: 10 mar. 2024.).

definida comumente pela literatura específica como a educação, por meio da qual, os conhecimentos são repassados de geração a geração entre os nativos dentro das comunidades, assim como os hábitos, crenças e os costumes de um povo.

Então, fiquei curiosa em saber mais detalhes sobre a educação que a pequena indígena Hixkaryana estava recebendo. Ao conversar sobre o assunto com seus pais e também com pessoas não indígenas que conheciam a família, bem como a comunidade à qual ela pertence, ouvi relatos genéricos de como era exatamente nesse contexto educacional tradicional do povo indígena Hixkaryana que a pequena surda estava inserida.

Assim, assim como as demais crianças indígenas, a pequena surda deveria estar recebendo conhecimentos transmitidos pelas pessoas mais velhas, por meio das narrativas orais de histórias, mitos, e também pela prática constante de rituais. A partir daí, surgiram muitas reflexões em mim sobre como estaria sendo o contato da menina com narrativas orais, já que não as escutava. Talvez seus pais estivessem usando sinais também. Porém, não obtive maiores informações sobre isso.

Ainda sobre a educação indígena, a mim pareceu muito importante saber que, nessa perspectiva, todo conhecimento que ocorre dentro da comunidade passa de geração a geração, não se fazendo necessário, portanto, em algumas comunidades, que professores com formação específica atuem. Afinal, nesse caso, os

pais e os avós são os responsáveis por transmitir aos seus filhos ou netos, desde a mais tenra idade, a sabedoria aprendida de seus ancestrais. Assim as crianças desde cedo vão aprendendo a assumir desafios e responsabilidades que lhes permitam inserir-se na vida social e o fazerem, principalmente, por meio da observação, da experiência empírica e da auto-reflexão proporcionadas por mitos, histórias, festas, cerimônias e rituais realizados para tal fim (Luciano, 2006, p. 130).

Nesses termos, a educação indígena, assim como qualquer outra, se inicia desde a vida intrauterina e vai até a vida adulta, quando os membros da comunidade são ensinados a conviver em harmonia dentro da comunidade à qual pertence, respeitando suas tradições, povo e cultura.

Enfim, pensando nessa questão da educação indígena e no lugar da pessoa surda, criança ou adulto, nesse processo, fiquei interessada em realizar uma pesquisa tendo como participantes diretos a menina indígena surda, sua família e toda comunidade Hixkaryana. Gostaria muito de ter avançando em uma pesquisa sobre a inclusão de alunos indígenas surdos na sala de aula comum, acerca dos desafios enfrentados no processo de inclusão, que era o projeto inicial da pesquisa. Afinal, como lembram Barrivieira Laureth et al (2022, p. 149), além da surdez, o contexto indígena abrange línguas diferentes, ocorrendo, por vezes, de o processo de “ensino bilíngue (Libras L1 – Língua Portuguesa L2), natural na educação inclusiva de surdos transforma-se em ensino trilíngue (Libras, Língua Indígena e Língua Portuguesa)”.

Todavia, a família não ficou muito tempo em Anápolis e, logo após a conclusão do tratamento de saúde que os havia levado ao Estado de Goiás, voltaram para sua terra de origem. Embora tenha ficado feliz por terem alcançado êxito no tratamento médico, ao mesmo tempo, me entristeceu o distanciamento da menina indígena surda e sua, acredito, língua de sinais indígenas. Era uma oportunidade para aprofundar meus conhecimentos sobre inclusão da criança indígena surda em um processo de educação não indígena. Por outro lado, é inegável que essa experiência deixou em mim um forte desejo de avançar na busca por novos conhecimentos sobre outras línguas de sinais de modo geral, mas, especialmente, as indígenas.

Além da experiência com a criança indígena surda e sua família, meu interesse pela temática também se expressou por meio das interações com representantes de povos indígenas brasileiros em eventos realizados dentro de instituições religiosas privadas e docência no ensino médio da Rede Estadual de Educação. E nesse ambiente obtive informações sobre a pós-graduação, porque, como já estava graduada, poderia desenvolver meus estudos e ampliar meus conhecimentos em uma pesquisa em nível de mestrado. Por isso, logo que possível, matriculei-me como aluna especial no curso de mestrado da Universidade Estadual de Goiás.

Após cursar uma disciplina nessa condição, a qual foi ofertada pelas professoras Veralúcia Pinheiro e Gláucia Vieira Cândido, pensei no projeto de estudar a língua indígena que vi a família Hixkaryana usar com sua filha surda.

E, após prestar o processo seletivo, consegui ser aprovada no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), na linha de pesquisa – Linguagens e Práticas Sociais, sob a orientação da Professora Gláucia Vieira Cândido.

O objetivo de estudar a língua da pequena surda que muito me inspirou não foi possível, mas, a semente plantada ficou, porque uma pesquisa sobre línguas de sinais indígenas foi realizada. É o que pretendo mostrar nesta dissertação.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a língua de sinais que conta, na atualidade, com o maior número de usuários sinalizantes é a Língua Brasileira de Sinais, a Libras, a qual tem seu início no século XIX, juntamente com a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, pelo imperador Dom Pedro II.

Bastante influenciada pela Língua Francesa de Sinais, sabe-se que há, nessa língua, gestos utilizados exclusivamente por surdos brasileiros (Menezes e Feitosa, 2015). A partir da Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), a Libras foi estabelecida como língua oficial das pessoas surdas brasileiras, o que é realmente uma conquista.

Não há dúvidas de que, após ser reconhecida como a Língua Legal da Comunidade Surda do Brasil, a Libras vem cada vez mais ganhando visibilidade e ocupando o seu lugar de direito no país. Notoriamente, vem-se percebendo o fortalecimento identitário dos surdos das regiões urbanas brasileiras, por meio do reconhecimento da Libras como “meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados”.

Todavia, considerando o contexto histórico do país antes e depois da chegada dos portugueses, em um país plurilíngue e multicultural, em que, atualmente, são faladas mais de 274 línguas³, é imprescindível reconhecer a existência de outras línguas de sinais, além da Libras. Corroboram essas informações, dados da *World Federation of the Deaf*⁴, os quais atestam a existência de mais de 70 milhões de surdos em todo o planeta, sendo a maioria deles (acima de 80%) habitantes de países em desenvolvimento, como é o caso. Ainda de acordo com esses dados, os surdos fazem uso de mais de 300

³ De acordo com o Grupo de Diversidade Linguística do Brasil (GTDL), além do Português e da Libras, no Brasil, são faladas cerca de 180 línguas indígenas e 30 idiomas de imigrantes. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2488:catid=28&Itemid=23#:~:text=Estimativas%20do%20Grupo%20de%20Diversidade,regionais%20e%20de%20classes%20sociais. Acesso em: 23 abr. 2023.

⁴ Federação Mundial de Surdos. Disponível em: <http://www.wfdeaf.org/default.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2023.

línguas de sinais naturais, estruturalmente distintas entre si e também das línguas faladas por ouvintes.

Nesses termos, portanto, é que se pode dizer que, além da Libras, no Brasil existem muitas outras línguas de sinais existentes em território nacional as quais têm sido chamadas pela literatura específica de línguas de sinais originais ou nativas, também conhecidas, como indígenas, de vilas, rurais, dentre outras. Essa pesquisa se dará especificamente, de análise de documentos e conteúdos, apresenta característica da metodologia denominada “estado da arte” ou “estado do conhecimento”.

Dentre as chamadas línguas minoritárias do Brasil, podemos citar as línguas de sinais rurais. Um exemplo é o caso de Cena, a qual é utilizada pela comunidade surda e também por pessoas ouvintes, habitantes de Várzea Queimada, uma comunidade agrícola, localizada no município de Jaicós, a 400 Km de Teresina, capital do Estado do Piauí, região Nordeste do Brasil (Rede clube, 2024).

De acordo com Almeida-Silva e Nevenis (2020, p. 2-3), a língua rural de sinais Cena é usada “com diferentes graus de frequência por uma comunidade de 33 surdos, dentro de um universo de mais ou menos 900 habitantes da comunidade”. Os autores informam ainda que Cena se fortaleceu como língua de sinais devido, especialmente, ao isolamento espacial, cultural da comunidade surda, de familiares e amigos dessas pessoas. A linguagem é uma habilidade cognitiva inerente ao ser humano e fez com que, neste contexto, houvesse a emergência de uma língua para se comunicar, interagir e assim vem ocorrendo há três gerações. Contudo, como língua minoritária.

Em cenário semelhante, também se encontram as línguas indígenas de sinais. Aliás, tal como o que ocorreu e pode ocorrer com línguas indígenas orais. A esse respeito, Rodrigues (2002, p.14) divulgou, há 20 anos, dados numéricos que evidenciaram, na época, uma situação preocupante:

Há apenas uma língua com pouco mais de 30.000 falantes, duas entre 20.000 e 30.000, outras duas entre 10.000 e 20.000, três entre 5.000 e 10.000, 16 entre 1.000 e 5.000, 19 entre 500 e 1.000, 89 de 100 a 500 e 50 com menos de 100 falantes. A metade destas últimas, entretanto, tem menos de 20 falantes. Em resumo: das 180 línguas apenas 24, ou 13%, têm mais de 1000 falantes; 108 línguas, ou 60%, têm entre 100 e 1000 falantes; enquanto que 50 línguas, ou

27%, têm menos de 100 falantes e metade destas, ou 13%, têm menos de 50 falantes [...]. Em qualquer parte do mundo línguas com menos de 1000 falantes, que é a situação de 87% das línguas indígenas brasileiras, são consideradas línguas fortemente ameaçadas de extinção e necessitadas, portanto, de pesquisa científica urgentíssima, assim como de fortes ações sociais de apoio á seus falantes, que como, comunidades humanas, estão igualmente ameaçados de extinção cultural e, em não poucos casos, de extinção física (Rodrigues, 2002, p.14).

A esse respeito, Barnabé (2021) também relata que, na época em que os portugueses desembarcaram no Brasil, há mais de 500 anos, provavelmente havia 5 milhões de indígenas pertencente a cerca de 1.500 etnias localizadas em todas as regiões do território brasileiro. E Luciano-Baniwa (2006) acrescenta que os povos indígenas, em nosso país:

Conformam uma enorme diversidade sociocultural e étnica. São 222 povos étnica e socioculturalmente diferenciados que falam 180 línguas distintas. É verdade que essa diversidade é o resultado de uma drástica redução ao longo da história de colonização, uma vez que já havia além de 1.500 povos falando mais de 1.000 línguas indígenas distintas quando Pedro Alvarez Cabral chegou ao Brasil em 1500 (Luciano-Baniwa, 2006, p. 43).

Dessa maneira, podemos concluir que o desaparecimento de etnias indígenas brasileiras é fato histórico. Contudo, é possível constatar que isso continua ocorrendo na contemporaneidade. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2022), um último habitante do povo Tanaru teve a morte confirmada em 23 de agosto de 2022, dados divulgados pelo site do Euro news. Em 1995, eram um grupo de seis pessoas, o qual até sua morte estava reduzido a esse indivíduo. Com ele, foram extintas sua cultura e língua também.

Na atualidade, dados disponibilizados pelo IBGE, oriundos do censo realizado no ano de 2022 e divulgado em 2023 (IBGE, 2022)⁵, dão conta de que a população indígena⁶ do Brasil estava, no fechamento do censo, em

⁵ Devido à crise sanitária causada pela Covid-19, o processo de obtenção de dados pelo IBGE foi atrasado, de modo que sua finalização deu-se apenas em 2022 (cf. <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html>).

⁶ O Censo Demográfico 2022 define como “indígena” a pessoa residente em localidades indígenas, que assim tenha se autodeclarado pelo quesito de cor ou raça ou, então, pelo quesito “considera-se indígena”. Também é considerada como indígena a pessoa residente fora das localidades indígenas que tenha se declarado como “indígena” no quesito de cor ou raça (cf. IBGE, 2023). Ou seja, durante o Censo, foi estabelecido um conjunto de perguntas

1.693.535 pessoas, em 2010, o que representa 0,83% do total de habitantes” (IBGE, 2010). Considerando os dados do Censo anterior, realizado em 2010, havia 896.917 indígenas no Brasil, o que representa um aumento de 88,82% destes povos em um período de 12 anos.

Considerando esse panorama linguístico e tal como já antecipamos no texto de apresentação desta dissertação, pretendemos apresentar aqui os resultados de uma pesquisa, em nível de Mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), a qual teve, dentre suas motivações, a preocupação com a preservação das línguas indígenas de sinais, tanto pela possibilidade histórica de serem extintas com o desaparecimento de seus usuários, como pela postura hegemônica de outras línguas de sinais nacionais.

Outra preocupação em relação à extinção de línguas minoritárias, especificamente, as indígenas, sejam elas, orais ou de sinais, diz respeito ao fato de que o desaparecimento dessas línguas pode acarretar prejuízos de toda ordem, já que a língua caracteriza e qualifica um indivíduo em âmbito individual e coletivo.

Relacionada à Linha de Pesquisa 2, do PPGIELT-UEG, ou seja, - Linguagens e Práticas Sociais, a pesquisa teve como objetivo principal realizar um estudo bibliográfico acerca das línguas de sinais indígenas já catalogadas no Brasil. Dessa forma, inicialmente, a pesquisa teve como intuito identificar, por meio de um levantamento bibliográfico baseado em documentos oficiais e estudos realizados sobre essas línguas, mapear as línguas de sinais indígenas, realizar o levantamento das informações sobre as línguas indígenas de sinais, quais eram, na data de realização do referido estudo, as línguas de sinais indígenas existentes no território brasileiro por meio do levantamento em documentos oficiais e em estudos já realizados sobre o tema.

específicas para as pessoas que se declararam indígenas, como o povo ou a etnia a que pertenciam, o local de sua comunidade, como também, as línguas indígenas por eles faladas. Além disso, incorporou-se um novo recorte geográfico, que foi a localização do domicílio indígena – dentro ou fora de Terras Indígenas (TI) já reconhecidas pelo Governo Federal por meio de leis e decretos. Essas áreas servem como proteção às línguas e culturas, uma vez que o acesso a elas é proibido e exige autorização das comunidades que nelas vivem e do órgão governamental federal responsável pela salvaguarda desses territórios, a FUNAI (Fundação Nacional do Indígena) e outros.

Nesses termos, é importante salientar que o estudo cujos resultados se mostram aqui não se constituiu como uma pesquisa do tipo exploratória bibliográfica.

Quanto à motivação para a realização da pesquisa, tal como já dito na seção de apresentação, do ponto de vista pessoal, já há algum tempo o tema língua de sinais chamava atenção da autora, em virtude de, desde 2006, estar inserida em comunidades surdas⁷, na cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, onde, na ocasião desta pesquisa, atuava como intérprete da Libras.

Assim, a inserção no universo da comunidade surda e convivendo com pessoas surdas em diversos ambientes, no contexto de interpretação comunitária e educacional. Por inúmeras vezes houve oportunidade de observar e participar da existência de algum tipo de barreira no nível de escolarização de estudantes com surdez no convívio dentro e fora do ambiente escolar. Ou seja, em muitas situações eram nítidas suas dificuldades com o uso do Português escrito e também com a aquisição da língua de sinais, no processo de aquisição dos primeiros sinais no âmbito familiar e outros. Há uma pluralidade no contexto das comunidades surda, que não pode ser homogeneizada somente ao contexto por mim conhecido, o contexto sociolinguístico que os surdos vivenciam é bastante complexo.

Atrelando-se a isso, há motivações no âmbito acadêmico científico em relação à importância de se estudar línguas indígenas, sejam elas, orais ou de sinais. Ou seja, é sempre necessário lembrar que, dentre outros fatores, é inegável a relevância de estudos sobre línguas indígenas e quaisquer tempo e espaço.

Contudo, lembramos que, celebrado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e parceiros, 2019 foi considerado o ano Internacional das Línguas Indígenas. Isso foi feito como uma forma de demonstrar a importância da diversidade linguística mundial e,

⁷ O termo 'comunidade surda' é compreendido neste estudo, conforme definição dada por Felipe (2011), não se refere a um conjunto social definido. Do ponto de vista da Sociologia, podemos pensar que comunidade surda refere-se a uma rede de sociabilidade que envolve surdos e outras pessoas que saibam usar línguas de sinais, seja em contextos presenciais ou *online* (Bigogno, 2013).

também, de alertar para os riscos de perda dessas línguas em função de, na maioria dos casos, existirem poucos falantes delas no cenário atual, o que aponta para a necessidade de esforços nas descrições e documentações das línguas indígenas, principalmente as mais vulneráveis, como notoriamente é o caso de línguas indígenas de sinais.

Importante ressaltar que essa necessidade foi reforçada pela UNESCO, ao proclamar a chamada “Década Internacional das Línguas Indígenas”, compreendida entre os anos de 2022 a 2032. O objetivo do evento que se convencionou chamar decênio 2022-2032 (IDIL 2022-2032) é o de, primeiramente, refletir sobre as ameaças contra as línguas indígenas, além de propor ações em âmbito nacional, e internacional, para a promoção e o fortalecimento dessas línguas.

Nesse sentido, um exemplo de ação, em âmbito geral, foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), composto por representantes indígenas e não indígenas de várias localidades do mundo, para discutir ações para a década e dar outras providências. Do grupo, participam três indígenas da América Latina, sendo a Profa. Dra. Altaci Correa Rubim, do povo Kokama, a única representante indígena brasileira (Gorete Neto, 2022).

Em nível nacional, o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul propôs o desenvolvimento do Plano Estadual para a Década das Línguas Indígenas como forma de preservar a cultura das comunidades que vivem naquele Estado do território brasileiro. Dessa maneira, para atender à ação da Unesco, Miranda, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, é a primeira cidade do Brasil a co-oficializar, por meio do decreto número 11.509 publicado em 28 de abril de 2023, uma língua de sinais indígenas.⁸ Trata-se da Língua Terena de Sinais (LTS), a qual passa a, juntamente com o Português, a Libras e as línguas indígenas Kinikinau e Terena (ambas pertencentes à família Aruak) a, na prática, à condição de uma língua oficial nacional no território brasileiro.

⁸ Para mais informações, conferir reportagem de Paula Maciulevicius disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/na-vanguarda-da-inclusao-nasce-em-ms-a-primeira-lingua-indigena-de-sinais-oficial/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Ademais, lembramos que, nos últimos anos, têm ganhado notoriedade, em todo mundo, os movimentos realizados que lutam por reconhecimento em relação aos surdos, especialmente, a partir da década de 1990. No Brasil, segundo Brito (2016), esse movimento ocorreu especialmente pela interação de ativistas surdos com intelectuais, de modo geral ouvintes, relacionados às áreas da Linguística, Fonoaudiologia e Pedagogia. A partir daí, iniciou-se a circulação de um discurso afirmando o estatuto linguístico da Libras e a visão dos surdos como uma minoria cultural e linguística, o gerou subsídios para a construção da ideologia e identidade coletiva partilhada pelos membros do movimento.

Nesse contexto, mais recentemente, podemos incluir as preocupações com as pessoas indígenas surdas no que se refere à sua língua, cultura, identidade, e, ainda, no que se refere ao entendimento da diversidade humana em que os estudos se tornam cada vez mais emergentes. Isso é exposto em, dentre outros estudos, o realizado por Barrivieira Laureth et al (2022, p. 152). Nesse trabalho, os autores de documentos legislativos importantes referentes à educação indígena, como o *Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas* (1998) e o Decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005) trazem conceitos importantes, como o de 'língua de instrução'⁹ e de 'escolas ou classe de educação bilíngue'¹⁰. A preocupação é saber como tais conceitos estão sendo direcionados para o uso da língua de sinais e das línguas escritas, de modo a garantir a diversidade linguística para a pessoa surda indígena e, por extensão, sua identidade cultural.

Partindo desse viés, mostram-se urgentes e necessários os estudos e pesquisas que abordem de forma relevante as línguas de sinais indígenas como base para outros estudos relevantes como a educação que seja inclusiva, que respeite as especificidades de cada estudante garantindo seus direitos linguísticos e educacionais.

⁹ Denomina-se 'língua de instrução' aquela que é "utilizada na sala de aula para introduzir conceitos, dar esclarecimentos e explicações" (Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas, 1998, p. 119).

¹⁰ As escolas ou classes de educação bilíngue são aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa são as línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo (Brasil, 2005).

Nesse sentido, é importante citar a atuação de alguns movimentos como, por exemplo, os que organizaram os encontros de surdos Terena e as chamadas Epistemologias Azuis¹¹ das línguas de sinais indígenas, os quais vêm apoiando o fortalecimento da identidade surda indígena no território brasileiro, buscando evidenciar que a existência de línguas de sinais indígenas é um fato inegável, tanto quanto a existência de outras línguas de sinais como a Libras, a Língua de Sinais Americana (ASL), dentre outras, para que representantes surdos dessas minorias brasileiras possam definir sua identidade sociocultural (Gomes e Vilhalva, 2022).

Enfim, é neste ambiente de preocupação com a inclusão do indígena surdo dentro da sua comunidade e fora dela e, de maneira geral, com as línguas de sinais indígenas que se insere esta pesquisa. Afinal, entendemos que, quando uma língua, seja ela oral ou sinalizada, é estudada no ambiente acadêmico-científico, ela pode ser mais valorizada e ter fortalecida sua manutenção para que possa, assim, continuar a ser passada de geração em geração, ou mesmo para outras áreas de conhecimentos.

Dessa maneira, este estudo não contribui somente para as sociedades surdas indígenas, mas também para sociedade de forma geral. Embora as políticas públicas estejam para dar garantia de direitos a todos os brasileiros conforme dispõe a Constituição Federal em seu Artigo 5º, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” o acesso à língua de sinais materna, à escolarização adequada para a idade, muitas vezes isso ainda não ocorre de fato no ambiente da escola. Em geral, as justificativas para essas falhas são a falta de capacitação dos profissionais e de materiais didáticos com os quais os estudantes surdos ou com outro nível de deficiência auditiva possa se identificar.

¹¹ Epistemologias Azuis, como informam Gomes e Vilhalva (2022), é uma ideia cujo surgimento remete a 1933, que marca um dos mais tristes períodos da História da humanidade: ano em que os nazistas instituíram a Lei de Prevenção de Doenças Hereditárias, por meio da qual foi autorizada a esterilização compulsória de pessoas que sofriam de doenças hereditárias que pudessem acarretar deficiências físicas ou mentais. A identificação de quem apresentava alguma deficiência era feita, pelos nazistas, por meio da amarração, em seus braços, de faixas na cor azul.

Essas e outras questões serão discutidas neste trabalho com foco na identificação de línguas de sinais indígenas e na discussão sobre como se dá a inclusão de alunos surdos indígenas no ambiente escolar especialmente, mas também em outros sejam eles indígenas ou não indígenas.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, de caráter explicativo dentro do contexto histórico-social por meio de uma revisão bibliográfica utilizando as contribuições dos diversos autores que tratam do assunto, por meio de livros, artigos científicos publicados em diferentes periódicos nacionais e internacionais, teses e dissertações disponíveis nas bases de dados on-line das bibliotecas das universidades nacionais com foco na análise das línguas de sinais indígenas.

Além das partes que antecedem esta introdução, a dissertação apresentará três capítulos, além da conclusão e das referências.

O Capítulo I será dedicado a seções relativas ao referencial teórico e à metodologia usados no desenvolvimento de nossa pesquisa, no modo de aquisição das línguas de sinais, o desenvolvimento da linguagem gestual e oral, demonstrando que, no processo de aquisição dessas, é fundamental que haja exposição e contato direto com pessoas utentes e em situações reais da língua em uso. Não bastando ao aprendiz conhecer alguns sinais isolados, mas faz-se necessário conhecer a estrutura gramatical, estabelecer relações dialógicas e vivenciar seus aspectos culturais.

O Capítulo 2 aborda o contexto histórico brasileiro tendo como protagonistas os povos originários ou nativos. Assim, primeiramente, faremos referência à história dos povos indígenas brasileiros e, na sequência, apresentaremos informações gerais sobre suas línguas indígenas no passado e na atualidade.

O Capítulo 3 completa a dissertação, seguido das considerações finais. A relevância do fortalecimento das línguas de sinais indígenas, quanto à urgência para a manutenção e preservação de conhecimentos diversos dos usuários dessas línguas, visando que essa não desapareça, assim como sua cultura, seu povo e sua história. Ressaltando a importância de levar em consideração as ações relevantes, como a proposta da Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de estabelecer a década das línguas indígenas (2022 a 2032), visando o desenvolvimento de mais estudos, cujo objetivo é a valorização da diversidade linguística em termos das línguas de sinais.

CAPÍTULO I

1. APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1 Línguas de sinais: conceitos e definições

Estudos científicos disponíveis na literatura consideram as línguas de sinais como quaisquer línguas naturais, no sentido de que assim como outras elas têm origem na interação entre falantes. A esse respeito, Honora e Frizanco (2009, p. 41) explicam que essa compreensão encontra respaldo no fato de as línguas de sinais terem surgido do convívio entre pessoas surdas e, do ponto de vista estrutural, também possibilitarem a comparação com as línguas orais:

Elas podem ser comparadas à complexidade e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou irracional [...]. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestões. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas de línguas. [...]. As línguas não são universais. Cada uma tem sua própria estrutura gramatical, sendo assim, como não temos uma única língua oral, também não temos apenas uma língua de sinais (Honora e Frizanco, 2009, p. 41).

As línguas de sinais mostram a importância do gestual e do icônico nas línguas faladas, pois, em todas elas, cada palavra é representada por um sinal com características formais próprias, os quais se diferem por regras fonológicas e gramaticais específicas. A caracterização gestual-visual implica que, nessas línguas, as mãos e os olhos são essenciais, posto que as mãos são articuladores fundamentais para a sinalização; por sua vez, os olhos são essenciais na percepção dos sinais. Além disso, a expressão facial é extremamente importante para dar sentido aos sinais das línguas de sinais, posto que também participa da constituição formal de muitos desses sinais.

A esse respeito, Stokoe (1960)¹² demonstrou inicialmente a possibilidade de um sinal dividir-se em três partes ou parâmetros fonológicos.

¹² William C. Stokoe Júnior (1919-2000) foi um pesquisador estadunidense. Ele é considerado um precursor dos estudos, de cunho linguístico, sobre línguas de sinais e é conhecido como o pai da linguística da *American Sign Language* (ASL), a língua de sinais americana.

Posteriormente, verificou-se que esses parâmetros eram cinco: configuração de mãos, movimento, ponto de articulação ou locação, orientação de mão e expressões não manuais.

O status de língua natural atribuído às línguas de sinais é defendido por outros estudiosos também aqui no Brasil (cf. Brito, 2010, 1960; Quadros e Karnopp, 2004; Nascimento, 2009; Albuquerque e Xavier, 2022; dentre outros), especialmente, tendo como foco de análise a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

1.2 Aquisição de línguas de sinais

No tocante à aquisição de línguas de sinais, o desenvolvimento da linguagem gestual e oral, em paralelo, demonstram que, no processo de aquisição de língua natural, o gestual não acarreta prejuízos a aquisição de uma língua oral, ou seja, na aquisição da primeira língua. Vale salientar que o que estamos aqui referindo como ‘primeira língua’ é aquela que se aprende no âmbito familiar, processo que ocorre de forma natural com crianças à medida em que se desenvolve, tendo esse conhecimento adquirido gradualmente. Assim sendo, assim como em muitas definições clássicas, adotamos a definição de “primeira língua” pelo fator identitário que o termo carrega, posto que nesse caso, o falante se identifica de alguma forma com aquela que considera primeira língua, ou seja, com sua Língua Materna.

De acordo com Spinassé (2006), a aquisição da Primeira Língua, ou da Língua Materna, é parte integrante da formação do conhecimento de mundo do indivíduo, posto que, ao mesmo tempo em que adquire competência linguística, também absorve valores pessoais e sociais. Ou seja, assim como o Português é a primeira língua de muitos indivíduos ouvintes nascidos no Brasil, em geral, ouvintes, as línguas de sinais são consideradas também a primeira para indivíduos nascidos no mesmo território, porém, surdos. Isso porque essa língua de sinais é considerada a língua materna, por meio da qual essas pessoas aprendem a gesticular os primeiros sinais.

Importante salientar que, como atesta Spinassé (2006), a Língua Materna, ou Primeira Língua (L1) não é, necessariamente, a língua usada pela mãe. Em geral, trata-se daquela que aprendemos primeiro nos lugares onde vivemos nos primeiros anos de vida, em casa, por exemplo, e por meio do contato com nossos pais, familiares ou responsáveis. Normalmente, essa língua coincide com a comunidade em que estamos inseridos, mas é preciso atentar-se para o fato de que existem aspectos particulares, que podem tornar complexa a classificação do status de determinada língua como sendo ou não a primeira língua de uma pessoa. Afinal, pode haver situações muito específicas, como, por exemplo, quando uma criança em fase de aquisição da língua materna está em uma comunidade cuja língua não é a língua materna dos pais.

Nesses termos, é possível que o falante adquira ao mesmo tempo duas L1, às vezes, até mais de duas, como costuma ocorrer em regiões de fronteira, por exemplo, em que o bilinguismo é natural por causa da coexistência de duas ou mais línguas diferentes usadas de forma concomitante pela comunidade local. Portanto, de modo geral, são caracterizadas como L1 as línguas adquiridas nos primeiros anos de vida. Em contrapartida, a aquisição de uma Segunda Língua (L2) ocorre quando o falante já domina parcial ou totalmente uma ou mais L1.

Importante salientar que, quando nos referimos a uma segunda língua, não necessariamente estamos conferindo a essa língua uma ordem em processos possíveis de aquisição de língua. Afinal, após aquisição dessa L2 pode ser que haja aquisição de mais línguas e estas não serão terceiras, quartas línguas e assim sucessivamente. Nesse sentido, o termo “Segunda Língua” aqui tem como referente semântico a noção de “outra língua” que não seja a considerada Língua Materna ou L1, ou seja, trata-se de uma “não-primeira-língua” (Spinassé, 2006).

Ainda sobre o termo ‘Segunda Língua’, é comum confundi-lo ainda com o termo ‘Língua Estrangeira’ (LE), o que se justifica na medida que ambos os conceitos se assemelham em termos de processo de aquisição, posto que ambas as línguas se desenvolvem em falantes que já têm habilidades linguísticas pertinentes ao domínio de uma L1.

Partindo dessa compreensão teórica, entendemos que a aprendizagem de uma língua de sinais materna ou como primeira língua (L1) propicia o desenvolvimento linguístico, cognitivo, psicológico e social tornando os indivíduos surdos, em especial, constituídos integralmente, pois essa língua oportuniza a comunicação, a socialização, a formação de novos conceitos e a aprendizagem.

Como vimos na seção anterior, as línguas de sinais possuem vocabulário e gramática próprios. A língua de sinais é a língua materna e natural dos surdos, está vinculada a um canal que, não sendo o oral auditivo e sim o gestual-visual, permitindo à pessoa surda ter uma percepção mais fácil e coerente, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento linguístico, cognitivo e social.

Nesses termos, entendemos que o uso da língua de sinais possibilita a capacidade de expressão dos pensamentos, de ideias e de sentimentos na modalidade não oral, na mesma medida em que um usuário de língua oral, uma vez que, por meio da língua de sinais, a pessoa surda interage com outros usuários sejam eles surdos ou ouvintes (Quadros e Lillo-Martin, 2007).

Importante ressaltar que, para que a aprendizagem da língua de sinais ocorra, é fundamental que haja exposição e contato direto com pessoas fluentes nessa língua. Em outras palavras, não basta ao aprendiz conhecer alguns sinais isolados, mas faz-se necessário conhecer a estrutura gramatical, estabelecer relações dialógicas e vivenciar seus aspectos culturais. A esse respeito, Guarinello destaca que,

Para que as crianças surdas venham adquirir a língua de sinais como primeira língua, é necessário que elas sejam expostas a usuários competentes dessa língua, ou seja, adultos surdos fluentes, que vão responder tanto pela exposição como pelo ensino da gramática para as crianças e seus pais, que, em 95% dos casos, são ouvintes (Guarinello, 2007, p. 48).

Quando uma criança surda indígena é inserida na escola indígena, e exposta à língua oral, esta sendo negado a essa criança o direito de adquirir competências linguísticas em sua língua materna. Fernandes e Correia (2005) explicitam que propiciar à criança surda contato com sua língua o mais precoce possível, considerando as fases naturais de sua aquisição é fundamental ao

seu desenvolvimento e privá-la desse direito sob qualquer alegação é desrespeitá-la em sua integridade. A esse respeito, Grosjean (1993, p. 2) reitera que, por meio de sua língua,

A criança desenvolve suas capacidades cognitivas, capacidades de importância crítica para seu desenvolvimento pessoal. Entre estas capacidades encontramos diferentes tipos de raciocínio, pensamento abstrato, memorização, etc. A ausência total de uma língua, a adoção de uma língua não natural ou o uso de uma língua que é pobremente percebida ou conhecida pode ter consequências negativas importantes no desenvolvimento cognitivo da criança (Grosjean, 1993, p. 2).

Nesses termos, a cultura, a língua, a identidade das pessoas que estão inseridas em grupos minoritários, como no caso dos indígenas, requerem ainda mais atenção por meio de um aparato pedagógico flexibilizado e adaptado às suas especificidades.

1.3 Línguas de sinais indígenas

No Brasil, quando se pensa em línguas de sinais, o censo comum tem tendência a fazer menção à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Contudo, em um país multilíngue e pluricultural como é o caso, não se pode esperar que todas as pessoas surdas tenham a Libras como sua língua materna ou primeira língua.

Em seções anteriores já dissemos que esta dissertação apresenta uma pesquisa que versa sobre línguas de sinais minoritárias, assim consideradas, tendo em vista, dentre outros aspectos, o fato de pertencerem a comunidades surdas com número reduzido de usuários. É, por exemplo, o caso de línguas de sinais rurais, como a Cena, que é usada por pessoas surdas e ouvintes de Várzea Queimada, uma pequena comunidade agrícola, habitante do sertão do Piauí, na região nordeste do Brasil.

Importante ressaltar que uma terminologia utilizada para designar as línguas de sinais minoritárias é “línguas de sinais de vilas” (Zeshan, 2006, apud Silva e Quadros, 2019) ou “línguas de sinais indígenas” (Woodward, 1976). Essas línguas, como afirmam Silva e Quadros (2019), naturalmente se

desenvolvem em comunidades em que existem um número considerável de habitantes surdos.

Também temos dito que, dentre as línguas de sinais minoritárias, nosso foco está nas línguas de sinais indígenas. A exemplo de outras línguas de sinais, essas línguas são gestuais e são utilizadas por comunidades indígenas em várias partes do mundo para comunicação/interação entre surdos e ouvintes.

Essas línguas de sinais são distintas das línguas de sinais usadas por comunidades surdas em contextos urbanos, como é o caso da Língua de Sinais Americana (ASL), usada nos Estados Unidos, ou a Libras, no território brasileiro. Naturalmente, as línguas de sinais indígenas são específicas de cada grupo étnico e podem variar significativamente de uma comunidade para outra, pois, como veremos no Capítulo 3, elas são faladas em regiões diferentes do país.¹³ Trata-se de línguas bastante distintas entre si, tal como são as línguas orais faladas pelos ouvintes das comunidades representantes dos povos indígenas de origem de cada língua de sinal (Martins, 2011).

Em relação ao fator diversidade, sabe-se que cada comunidade indígena pode ter sua própria língua de sinais, muitas vezes desenvolvida para se comunicar em situações em que o uso da língua oral é limitado, como caça, pesca, ou quando é necessário manter o silêncio.

De modo esperado para uma língua natural, as línguas de sinais são muito complexas, com um vocabulário e gramática elaborados. Além disso, elas podem ser adaptadas para as necessidades específicas da comunidade, enquanto línguas, elas apresentam propriedades que perpassam todas as línguas naturais incluindo sinais para plantas, animais, lugares e atividades comuns. Também por sua característica de língua natural, as línguas de sinais indígenas são transmitidas de geração em geração oralmente e muitas vezes não são registradas por escrito. Isso pode tornar difícil preservar e documentar essas línguas.

¹³ No Capítulo 3, as línguas de sinais indígenas que serão abordadas são: Ka'apor, Sateré-Mawé, Guaraní Kaiowá, Terena, Kaingang, Paitér-Suruí, Akwe-Xerente, Pataxó, língua encontrada em Belém (provavelmente, de indígenas citadinos) e em Ororubá.

Indubitavelmente, como quaisquer outras línguas, comumente consideradas o maior expoente cultural de um povo, as línguas de sinais indígenas desempenham um papel importante na cultura e na transmissão de conhecimento dentro das comunidades indígenas e, em particular, da comunidade indígena surda. Elas podem ser usadas para contar histórias, ensinar tradições e rituais, e manter a coesão social.

Importante dizer que, ao tratarmos de línguas indígenas de sinais, estamos no âmbito de pessoas surdas pouco visualizadas, assim como suas línguas. Nesses termos, entende-se que pode haver variedades de uma mesma língua de sinais em um país, de modo semelhante ao que ocorre com línguas orais. Ou seja, assim como nas línguas orais, em línguas de sinais podemos nos deparar com a chamada variação linguística determinada por fatores geográficos ou diferenças dialetais estabelecidas por diferenças sociais, de gênero ou de grupos sociais.

Naturalmente propensos a utilizar uma língua de sinais para se comunicar, os indivíduos surdos

São locutores naturais de uma língua adaptada às suas experiências de mundo (visoespaciais) e às suas capacidades de expressão e compreensão: a língua de sinais. Ao mesmo tempo, estes indivíduos fazem parte de uma comunidade majoritária que usa a língua oral (auditiva-verbal) para se comunicar com o meio e essa língua oral possui seu equivalente escrito: a língua escrita (Koslowski, 2000, p. 18).

Diante disso, é importante que, ao estudarmos uma língua indígena de sinais, busquemos informações estruturais para tentar identificar se não se está tratando de uma variedade de outra língua indígena. Daí a importância de estudar tais línguas como um sistema em que são analisadas suas estruturas fonéticas, fonológicas, em outros níveis, por serem visuais. Afinal, as línguas de sinais, conforme já dito, possuem os mesmos parâmetros das línguas orais. Afinal, em se tratando de estrutura de línguas de sinais, as diferenças

Não se restringem apenas ao canal de comunicação, mas também às estruturas gramaticais de cada língua. Entende-se por sinais aquilo que é chamado palavra ou item lexical nas línguas faladas. Os parâmetros encontrados em língua de sinais são os seguintes: configuração de mãos, que seria a forma das mãos durante a realização do sinal; ponto de articulação ou locação, que é o espaço de enunciação; movimento, envolvendo movimentos internos da mão, do pulso e outros direcionais no espaço; orientação/direcionalidade,

referindo-se à direção da palma da mão ao produzir os sinais; expressão facial e/ou corporal, que são os componentes não manuais importantes na distinção entre alguns sinais. Pesquisas mostram que a língua de sinais, assim como a língua oral, se estrutura em níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático (Oliveira; Cunha, 2009, p. 2-3).

Além disso, há de se considerar os chamados grupos de sinais caseiros, que são aprendidos em menor proporção, iniciando no âmbito familiar e sendo passado para toda comunidade iniciando assim novos sinais, sobre os quais tem ocorrido grande debate, devido ao fato de que tais sinais se mostram altamente estruturados, há componentes linguísticos nos “sinais caseiros”, que são considerados como “línguas de sinais primárias”.

Nesses termos, defendem que seria precipitado apontar um conjunto de sinais caseiros como não sendo uma língua instituída por serem formas específicas de interação de um grupo, que fazem por sua vez parte de um sistema podendo ser definido como variedade regional. Afinal, como veremos no Capítulo 3, não existe apenas uma única comunidade surda indígena, onde todos os surdos indígenas são iguais, porque não se pode dizer que exista somente uma única língua de sinais indígenas e uma única cultura para o indígena.

Como, além da Libras, outras línguas de sinais ainda foram pouco estudadas, é temeroso afirmar o que é realmente língua e o que ainda é apenas um conjunto de sinais caseiros.¹⁴ Silva e Quadros (2019), por exemplo, ao analisarem línguas de sinais e variedades faladas por comunidades indígenas, apontaram apenas cinco línguas indígenas de sinais. Segundo essas autoras, somente é possível afirmar por meio de estudos científicos detalhados se algumas palavras são sinais caseiros que não possuem uma norma, uma dupla articulação.

Na maioria das situações de uso de alguns sinais, os usuários não conseguem tratar de assuntos mais elaborados, haja vista a falta de sinais

¹⁴ Segundo a literatura específica, as línguas indígenas de sinais brasileiras mais estudadas até o momento em termos estruturais são a Língua de Sinais Ka'apor (Kakumasu, 1968; Brito, 1984) e a língua Terena de Sinais (Sumaio, 2014; Fargetti e Soares, 2016; Soares, 2018). Todavia, tem crescido o interesse por trabalhos específicos tipológicos das línguas de sinais indígenas. Dessa maneira, há expectativas bastante positivas sobre um melhor entendimento da pluralidade linguística brasileira.

mais específicos. Ou seja, comunicação se restringe ao uso de serem sinais utilizados somente no âmbito familiar para atender as necessidades básicas, por exemplo, em que é preciso apontar algum objeto ou pedir para tomar água ou ir ao sanitário.

Nesses casos, as autoras defendem que a comunicação apresenta semelhanças com línguas já desenvolvidas, de modo que podem, assim, apenas se tratar de uma variedade de alguma língua, como a Libras, ou uma língua autônoma, como a Língua Terena de Sinais, já mencionada aqui.

Conforme já dissemos na introdução desta dissertação, assim como as línguas indígenas orais, igualmente as línguas de sinais indígenas enfrentam ameaças de extinção devido a fatores como o deslocamento das comunidades, a pressão para adotar línguas dominantes e a falta de recursos para preservação.

A preservação e revitalização das línguas de sinais indígenas são importantes para a manutenção da diversidade linguística e cultural das comunidades indígenas. É nesse sentido que pesquisadores vêm trabalhando para documentar e apoiar essas línguas, bem como para promover o respeito e o reconhecimento da importância cultural das línguas de sinais indígenas.

1.4 Metodologia de pesquisa

1.4.1 Procedimentos metodológicos definidos para essa pesquisa

Ao refletirmos acerca da metodologia que deveríamos utilizar em nosso estudo, partimos da ideia de que, a exemplo, do que defende Minayo (2002), o ato de pesquisar é uma prática de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. Além disso, tal como conceitua Gil, entendemos a pesquisa como

rtimos da ideia de que, a exemplo, do que defende Minayo (2002), o ato de pesquisar é uma prática de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. Além disso, tal como conceitua Gil, entendemos a pesquisa como

Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (Gil, 2002, p. 17).

Pesquisar significa descobrir novos saberes científicos que possibilitam o desenvolvimento da ciência. Trata-se de uma ação que também permite a resolução de dificuldades que não se pode solucionar automaticamente, mas apenas por estudo conceitual ou empírico, com base em fontes de informação (Gonçalves, 2005).

Considerando os objetivos propostos em nossa pesquisa, optamos pela pesquisa bibliográfica e a análise de fontes de informação do tipo chamado tecnicamente de documentos, o que faz com que nossa pesquisa também seja do tipo documental.¹⁵

A decisão pela pesquisa bibliográfica parte da noção de, conforme Pádua (1997, p. 50), temos, na condição de pesquisadora, necessidade de estar em contato com o que já foi produzido e registrado a respeito de nosso tema de pesquisa.

Dessa maneira, por meio da pesquisa bibliográfica com foco em documentos é uma ferramenta usada para recolher dados sobre determinado tema. De modo geral, essa técnica volta-se para pesquisas qualitativas visando complementar informações obtidas pelo pesquisador por meio de outros métodos, por exemplo, a pesquisa etnográfica ou de campo. Como tratamento de informações contidos em documentos levantados, a análise documental objetiva dar

Forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados (Bardin, 2011, p. 45-46).

¹⁵ A propósito, no que tange à eticidade, por se tratar de uma pesquisa documental, não houve necessidade de submeter nosso projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Estadual de Goiás.

Antes de tratarmos dos documentos que foram levantados para a realização deste estudo, é importante ressaltar que nossa compreensão de 'documento' passa pela definição dada por Chizotti (2000), ou seja, "qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais, dentre outras, contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação, entre outras". Assim sendo, toda e qualquer informação oral (diálogo, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material (Chizotti, 2000, p. 109).

1.4.2 As fontes de pesquisa

Tendo em vista essa definição, esclarecemos que, especificamente, na pesquisa em questão, os documentos analisados se restringem a diversos gêneros textuais, documentos oficiais, que foram acessados de forma digital e que estão disponibilizados em diversos meios impressos e digitais, tais como bibliotecas virtuais, sites oficiais, e em outras fontes como revistas, livros, periódicos, jornais, entre outros.

Considerando que nossa pesquisa focaliza línguas de sinais indígenas brasileiras, a principal fonte de pesquisa consultada foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual agrega um número elevado de publicações realizadas de Norte a Sul do Brasil. Outras fontes básicas de referências as seguintes plataformas de consulta:

Biblioteca Eletrônica Científica Online (do inglês *Scientific Electronic Library Online - SciELO*), biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros, resultante de projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em parceria com a Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). O SciELO, desde 2002, é apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Periódicos da Capes (oficialmente criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do

Ministério da Educação (MEC), em 11 de novembro de 2000. O portal de periódicos foi elaborado com a pretensão de fortalecer os programas de pós-graduação no Brasil por intermédio da democratização do acesso online à informação científica. O Portal de Periódicos CAPES fornece por meio do seu site acesso a diversos conteúdos em formato eletrônico, tais como: textos disponíveis em mais de 45 mil publicações periódicas, nacionais e internacionais; diversas bases de dados que reúnem trabalhos acadêmicos e científicos, além de patentes, teses e dissertações entre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento).

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desenvolveu e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de Ciência e Tecnologia publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional.

Google Acadêmico, mecanismo virtual de pesquisa livremente acessível que organiza e lista textos completos ou metadados da literatura acadêmica em uma extensa variedade de formatos de publicação. Lançado em uma versão beta em 2004, inclui a maior parte de revistas e livros online revisados por pares, artigos de conferência, pré-impressões, teses e dissertações, resumos, relatórios técnicos e outras literaturas acadêmicas, entre elas, pareceres de tribunais e patente.

Para a análise dos conteúdos contidos nos documentos levantados, recorreremos a uma análise e estudo a qual, ainda que com nuances de subjetividade, tende a mostrar objetividade e, assim, se caracterizar como um método científico. Quanto à subjetividade, esta mostra-se presente na possibilidade de escolha dos dados que serão analisados e utilizados.

No caso de nossa pesquisa cujo objeto são línguas de sinais minoritárias, nossa escolha foi sobre as línguas indígenas de sinais por razões

tais como as apresentadas em meu memorial, exposto na seção de apresentação e também na introdução desta dissertação.

De acordo com Richardson (1999), por sua natureza científica, esse tipo de análise deve ser eficaz, rigorosa e precisa, a fim de que o pesquisador possa compreender bem um conteúdo e extrair do material coletado o que julgar que seja mais importante. Contudo, é importante salientar que nossa análise de conteúdo não foi aprofundada em virtude do tempo e dos objetivos gerais da pesquisa.

Para concluir, explicitamos que, dentro da pesquisa de cunho bibliográfica, especificamente, de análise de documentos e conteúdos, a pesquisa realizada apresenta característica da metodologia denominada “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Como já dito, essa metodologia apresenta definição de caráter bibliográfico, com objetivo de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. Segundo Gil (2008), o estado da arte expressa-se no campo acadêmico como um tipo de pesquisa com especificidades e critérios de elaboração no desenvolvimento.

Dessa maneira, justificamos a adoção da metodologia estado arte por a entendermos como uma como modalidade de estudo que transcende o mero mapeamento descritivo ou como uma etapa exploratória ou uma revisão de determinados estudos (Santos et al., 2020, p. 203). De maneira geral, por meio de um estudo do tipo estado da arte, busca-se responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.¹⁶

¹⁶ A título de ilustração e, tomando como referência o Brasil, podemos citar como exemplos de trabalhos intitulados como “estado da arte” os seguintes títulos: *Alfabetização no Brasil - o estado do conhecimento* (Soares, 1989), *Rumos da pesquisa brasileira em Educação Matemática: o caso da produção científica em cursos de pós-graduação* (Fiorentini, 1994), *Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental* (Megid, 1999), *Pesquisa em Leitura: um estudo dos resumos e dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, 1980 a 1995* (Ferreira, 1999), *Estado da arte sobre formação de professores nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, 1990 a 1996* (André e Romanowski) e *Estado da arte sobre a formação de*

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam como tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

CAPÍTULO II

2.1 POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS: SUA HISTÓRIA, SUAS LUTAS

Neste capítulo, apresentamos o contexto histórico brasileiro em que se inserem os povos indígenas. Para tanto, remontamos à época em que os portugueses chegaram às terras brasileiras, no século XVI. Naquela época, muitas eram as nações e línguas que ocupavam o território que atualmente forma o Brasil. Infelizmente quanto mais se recua nessa história, mais escasso ficam os registros, mas de uma coisa sabemos, a história dos povos indígenas não se deu início durante a chegada de seus colonizadores.

Segundo dados da Funai 2013, desde a chegada dos europeus até a década de 1970,

A população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90 (Funai, 2013).

Como era então comum, a armada Cabralina contava com *línguas* (a denominação da época para 'intérpretes') que intermediavam a comunicação das tripulações das embarcações com os habitantes dos locais em que aportavam. Eram homens cujo conhecimento de línguas dizia respeito àquelas que se mostraram úteis na navegação pelo Mediterrâneo e pela costa atlântica da África.

A grande diversidade de línguas no território não foi inicialmente percebida pelos europeus, porque a costa, do nordeste ao sudeste, era quase completamente povoada por falantes de Tupinambá ou Tupi Antigo (Rodrigues, 1993).

Notoriamente, a colonização portuguesa foi extremamente nociva às culturas já existentes e não apenas no Brasil. Sabe-se que, por exemplo, que, em países africanos de colonização também portuguesa, como Angola e

Moçambique, foi realizado um extermínio de línguas. Nos países africanos vizinhos, que não foram colonizados por portugueses, isso não ocorreu.

O alto índice de mortalidade de indígenas resultantes de “tantos insultos” infligidos a esses povos ficou registrada, por exemplo, pelo jesuíta José de Anchieta (1534-1597), na Informação dos primeiros aldeamentos da Baía:

22. A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Baía, parece cousa, que se não pode crer; porque nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo; porque nas 14 igrejas, que os Padres tiveram, se juntaram 40.000 almas, estas por conta, e ainda passaram delas com a gente, com que depois se forneceram, das quais se agora as três igrejas que há tiverem 3500 almas será muita. Há 6 anos que um homem honrado desta cidade, e de boa consciência, e oficial da câmara que então era, disse, que eram descidas do sertão do Arabó naqueles dois anos atrás 20.000 almas por conta, e estas todas vieram para as fazendas dos Portugueses. Estas 20.000 com todas as 40.000 das igrejas fazem 60.000. De seis anos a esta parte, sempre os Portugueses desceram gente para suas fazendas, quem trazia 2.000 almas, quem 3.000, outros mais, outros menos; veja-se de seis anos a esta parte o que isto podia somar, se chegam ou passam de 80.000 almas. Vão ver agora os engenhos e fazendas da Baía, achá-los-ão cheios de negros da Guiné, e mui poucos da terra e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu, donde se bem mostra o grande castigo de Deus dado por tantos insultos como são feitos, e se fazem a estes Índios (José de Anchieta, 1988).

Entre as causas das mortalidades estavam, as guerras com os povos nativos bem como as guerras interétnicas planejadas pelos colonizadores, as duras condições de trabalho impostas, à revelia da liberdade dos indígenas prevista numa sucessão de leis e alvarás desde o reinado de Sebastião I (1554-1578), as doenças trazidas pelos europeus, como a varíola e o sarampo. Sendo que infelizmente o processo não ficou no passado, existem alarmantes que iniciaram à criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais em 1910, mais tarde apenas Serviço de Proteção ao Índio (SPI), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e entre outros.

2.2 Línguas Indígenas Brasileiras

2.2.1 Línguas indígenas no contexto mundial e nacional

De acordo com Grimes e Grimes (2000 op cit Cândido e Oliveira, 2018), existem, no mundo, mais de 6.000 línguas ainda vivas diferentes, sendo sua distribuição geral, a seguinte: “2% delas estão na Ásia; 30%, na África; 19%, no Pacífico; 15%, nas Américas; 3%, na Europa.

Ainda com base nos dados disponibilizados por Grimes e Grimes (2000), das línguas faladas no continente americano, mais de 765 são línguas ameríndias, ou seja, faladas por etnias descendentes de habitantes da região antes da chegada dos europeus, ou seja, pelos povos originários ou nativos.

Nesse contexto, a América do Sul é conhecida na literatura especializada como sendo uma região do mundo, onde a diversidade de famílias linguísticas é alta. Dentre os vários aspectos linguísticos, estão características gramaticais que podem ser únicas de certa língua (sua particularidade¹⁷) ou já conhecidas pelos linguistas em outras línguas (os universais-GU¹⁸).

Especificamente na América do Sul, Cândido e Oliveira (2018) informam que pelo menos 440 das línguas catalogadas são ameríndias e, sobre sua localização trazem os seguintes dados: 42,5% estão no Brasil; 14,4%, na Colômbia; 11,8%, Peru; 8,6%, na Venezuela; 7,0%, na Bolívia; 3,9%, na Argentina; 3,4%, no Paraguai; 2,5%, no Equador; 2,0%, na Guiana; 1,4%, na Guiana; 1,4%, no Suriname; e 1,1%, no Chile.

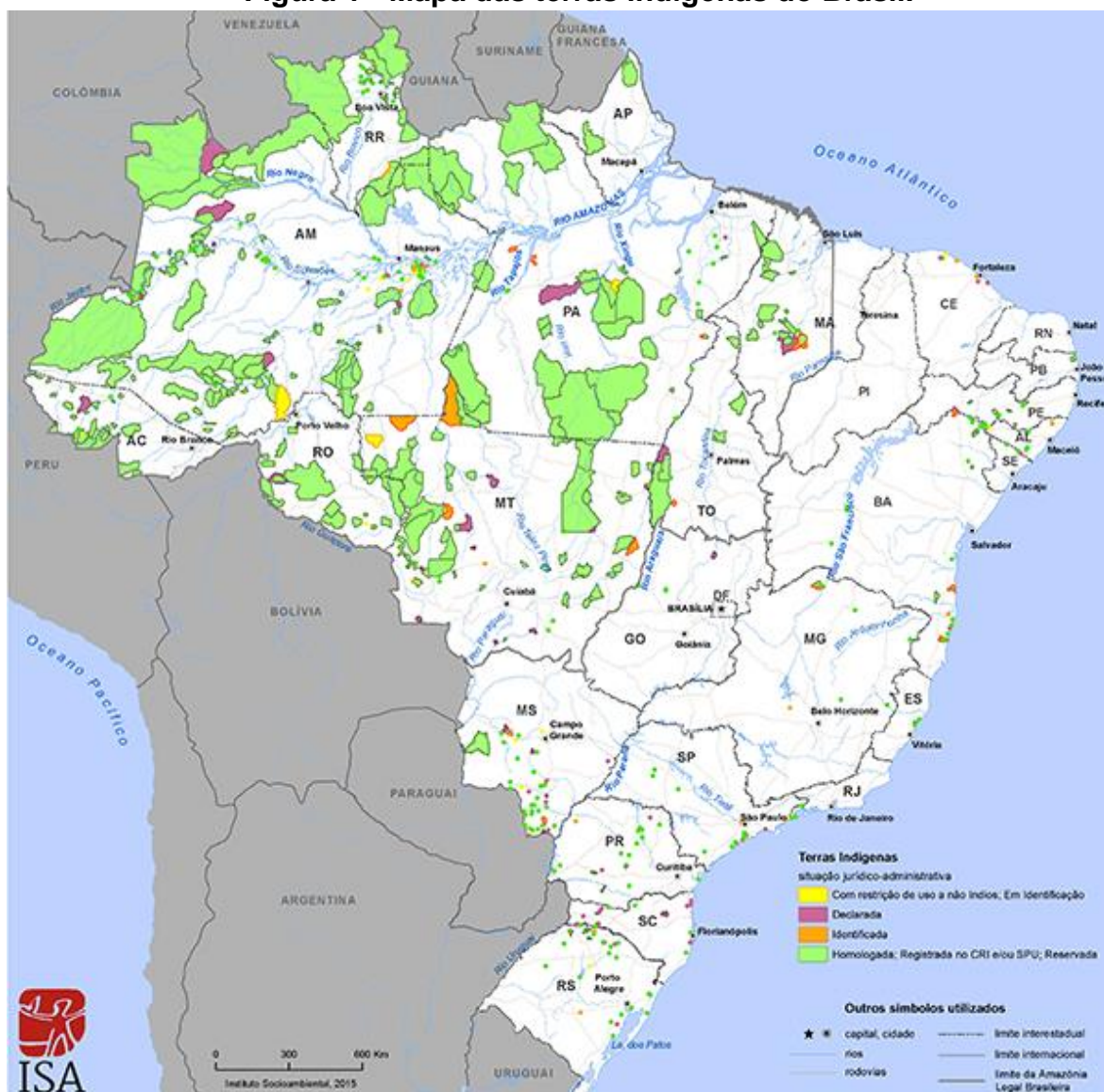
Assim sendo, está no território brasileiro a maioria das línguas indígenas vivas catalogadas na América do Sul. Como já dissemos na introdução desta dissertação, atualmente, há registros da existência de no mínimo 274 línguas indígenas no Brasil, as quais são faladas por representantes de cerca de 305

¹⁷ Dixon (1980), ao estudar as línguas aborígenes da Austrália, descobriu a ergatividade, um fenômeno verificado em línguas que marcam o Sujeito de verbos intransitivos da mesma forma que o Objeto de verbos transitivos. Para ver um exemplo dessa característica, conferir dados do Kaxinawá, uma língua da família Pano, que é falada na Amazônia, expostos em Cândido e Oliveira (2018).

¹⁸ O linguista Joseph Greenberg (1966) propôs os chamados ‘Universais Linguísticos’ com base na análise da tipologia sintática e morfológica de 30 línguas pertencentes a diferentes famílias e áreas geográficas. O teórico explica que seu objetivo foi formar um *corpus* com uma diversidade tanto genética como geográfica, a fim de mostrar maior validade dos universais e apresentar uma noção da relação entre as gramáticas dos diferentes tipos de língua.

etnias habitantes de todo território nacional, segundo dados do Censo de 2010 (Educa IBGE, 2021). Na Figura 1, a seguir, é apresentada a distribuição da Terras Indígenas do Brasil, onde a maioria das etnias indígenas habita e compartilham suas culturas e línguas.

Figura 1 - Mapa das terras indígenas do Brasil.



Fonte: *Jornal da USP*.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/um-brasil-de-154-linguas/>.

Acesso em: 20 set. 2023.

O número de línguas indígenas faladas na contemporaneidade, contudo, apresenta-se muito abaixo do que provavelmente existia quando os portugueses chegaram ao território brasileiro. De acordo com Rodrigues

(1994), pelo menos três vezes mais línguas indígenas eram faladas naquela época.

Nesse sentido, constata-se que apenas 30% das línguas que existiam naquela época ainda continuam vivas, um fato bastante preocupante e que, como já dito nesta dissertação, motiva a realização de estudos sobre as línguas indígenas tanto orais como as de sinais.

No tocante aos números totais de línguas e etnias, há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como há etnias que se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia.

De qualquer forma, não há dúvidas de o mundo das línguas indígenas do Brasil chama atenção por sua diversidade, a história de cada língua e de seus falantes. Ao ser deixada de falar, por sua extinção, há uma notória e inestimável perda. Infelizmente, ao longo da História, muitas línguas indígenas brasileiras se extinguíram sem que fossem registradas ou estudadas.

2.2.2 Classificação genealógica das línguas indígenas brasileiras

As línguas indígenas brasileiras podem apresentar semelhanças entre si, o que sugere que algumas dessas línguas possam ter origens comuns e processos de diversificação ocorridos ao longo do tempo. Em termos de classificação, a maioria das línguas indígenas brasileiras agrupa-se em famílias, sendo algumas destas formadas por subfamílias de menor e maior porte.

No clássico estudo *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas* (1994), Aron Dall'Igna Rodrigues informa que genealogicamente existem dois grandes troncos¹⁹ para agrupar famílias de língu²⁰as indígenas

¹⁹ Quando falamos em tronco o que vem à mente são línguas cuja origem comum está enraizada há milhares de anos e que as semelhanças entre elas acabam sendo escassas.

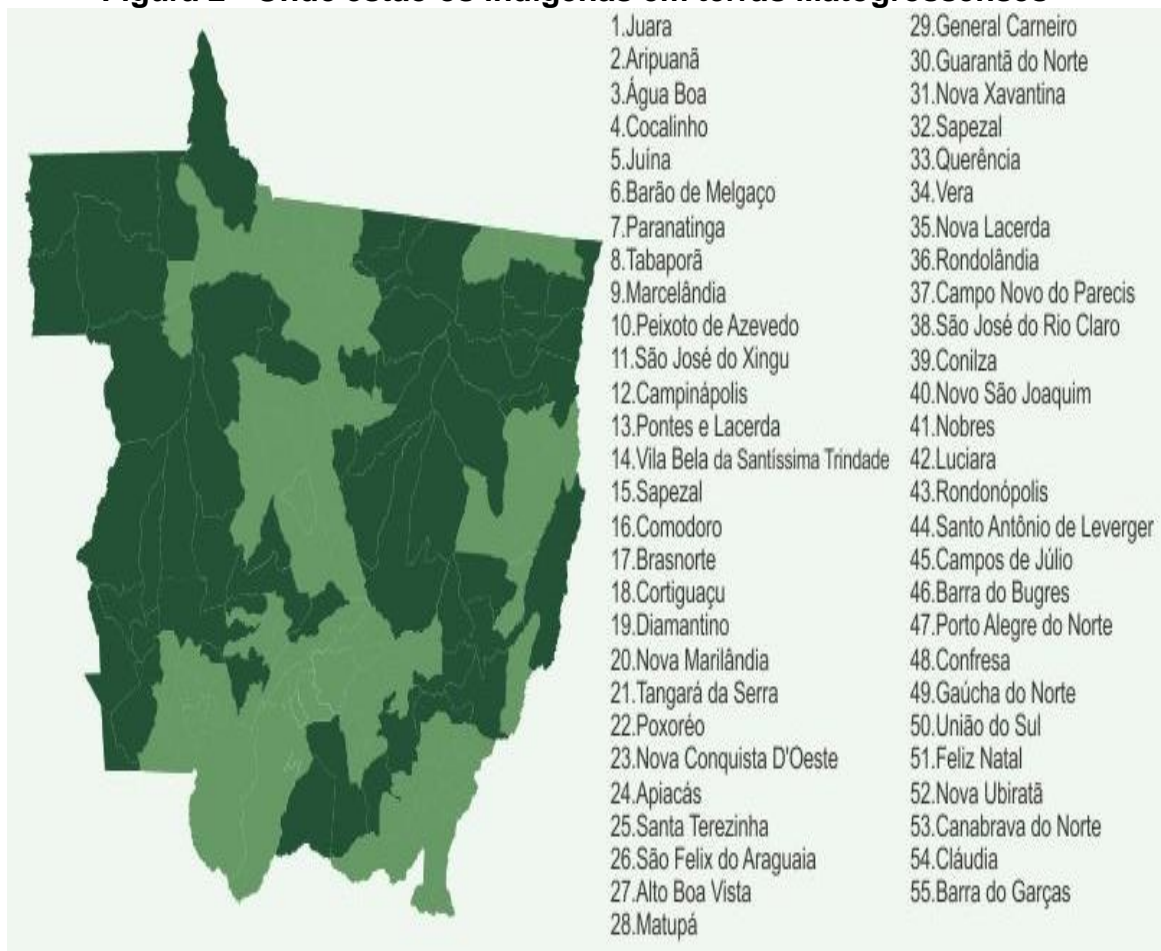
brasileiras: o tronco Tupi, com 10 famílias linguísticas, e o tronco Macro-Jê, com 23 famílias de línguas.

Além desses dois troncos, o autor aponta a existência de 12 famílias autônomas (Arawak, Karíb, Tucano, Pano, Arawá, Nambikwára, Yanomámi, Makú, Txapakúra, Katukina, Múra, Witoto, Arutani Arawak, Karíb, Tucano, Pano, Arawá, Nambikwára, Yanomámi, Makú, Txapakúra, Katukina, Múra, Witoto, Arutani e Guaikúru). Também é apontada a existência de 12 línguas isoladas e duas não classificadas (dados atualizados por Grimes e Grimes, 2000, apud Cândido e Oliveira, 2018). Essas línguas são chamadas isoladas por não parecerem pertencer a algum agrupamento linguístico.

Segundo o que aponta Luciana Storto, em seu livro: *Línguas indígenas: tradição, universais e diversidade*, professora do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, “a subfamília Tupi-Guarani, apesar de grande, não é considerada uma família autônoma. Ela possui 40 línguas ou dialetos identificados no Brasil e nos países adjacentes, oriundos da língua-mãe proto-tupi-guarani” (Storto, 2019).

²⁰ Quando se tem línguas de uma mesma família a semelhança aumenta, como resultado de separações ocorridas há menos tempo. Existem também as famílias linguísticas que não apresentam semelhanças suficientes para serem agrupadas nos troncos linguísticos descritos acima, as famílias linguísticas de apenas uma língua, podendo ser denominadas de "línguas isoladas" por não apresentarem semelhanças com nenhuma outra língua conhecida.

Figura 2 - Onde estão os indígenas em terras Matogrossenses



Fonte: *Jornal Rd News*.

Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/rdnews-exclusivo/embates-indigenas/12-do-territorio-de-mt-tem-reserva-indigena-populacao-chega-a-42-mil/51335>.

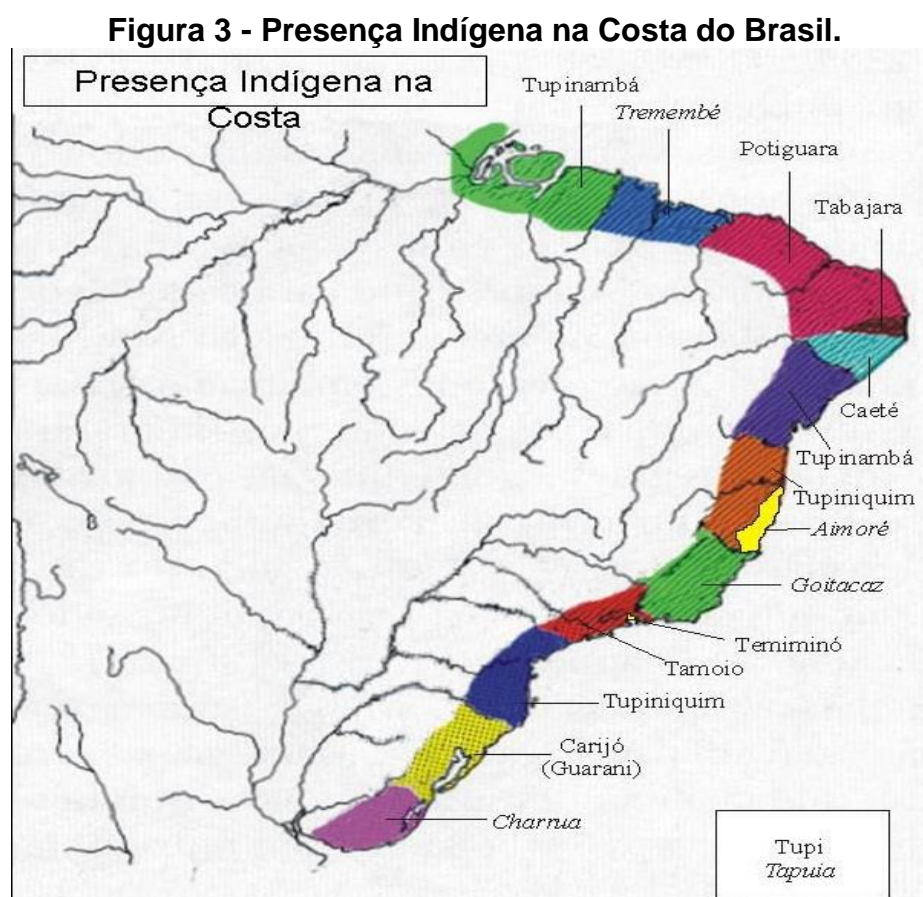
Acesso em: 29 mar. 2024.

Algumas outras famílias do tronco Tupi se encontram exclusivamente dentro dos limites do Brasil, todas ao sul do rio Amazonas. Assim, as famílias Arikem, Monde, Ramarama e Tupari se situam no Estado de Rondônia. A família Munduruku habita-se exclusivamente às margens de alguns afluentes do rio Tapajós e do rio Madeira. A família Juruna, que está limitada a apenas uma língua, o Juruna, é falada no alto Xingu. Quanto às línguas isoladas, estão o Aweti, falada por um povo habitante do alto Xingu; o Mawe (Satere), cujos falantes estão situados entre o baixo Tapajós, o baixo Madeira e o Amazonas; e, por fim, tem-se o Purubora, cujos falantes localizam-se em Rondônia.

De acordo com estudos da arqueologia e antropologia, na costa do Brasil, vivia uma população que era homogênea em termos linguísticos e culturais. Sendo assim, quando os portugueses invadiram o território brasileiro,

a população tupinambá ocupava toda a costa brasileira, de norte a sul, e com aldeias espalhadas ao longo dos grandes rios que cortavam as florestas tropicais e subtropicais do interior (Duarte, 2016).

Na faixa litorânea estima-se que a população de indígenas Tupinambá totalizava a quantia de cerca de 1 milhão de pessoas, cerca de nove habitantes por quilômetro quadrado (9hab/km²). Já a região do Brasil Central, antes da chegada dos portugueses, abrigava povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, cujas aldeias possuíam em média mais de mil habitantes, número este que se difere consideravelmente da atualidade, tendo em conta que é raro encontrar densidade que ultrapasse mais de uma centena de pessoas por comunidade indígena, conforme vemos, na figura 3, a seguir, ilustração da distribuição de subgrupos indígenas pela costa do Brasil.



Fonte: *Concentração Amazonia*.

Disponível em: <http://noamazonaseassim.com.br/as-tribos-indigenas-do-estado-do-amazonas/>.

Acesso em 18 ago. 2023.

Nos arredores dos grandes rios amazônicos, assim como no litoral brasileiro, viviam diversos grupos étnicos, tais como os indígenas Tapajós e os Kambeba, os quais foram totalmente extintos. A mesma situação se observa em relação aos Tupinambás que viviam na faixa litorânea do território brasileiro.

Dados etnográficos disponíveis apontam que os aldeamentos tupinambás havia uma população bastante elevada para a época e seu território se estendia desde onde atualmente se situa o estado do Pará até o Rio de Janeiro.

Algumas das regiões do Brasil que vêm sendo exploradas por mais tempo, possuem menor número de comunidades indígenas e, como consequência um número reduzido de línguas nativas. A maior parte das terras indígenas brasileiras se localiza principalmente nas regiões do planalto central, do centro-oeste e, em sua maioria na região Amazônica, de modo que boa parte dos povos originários, que viviam ao leste do território brasileiro, desapareceram, restando assim poucas terras indígenas nesta região, a densidade demográfica que havia em todo o território brasileiro diminuiu a medida em que houve expansão pelo não indígena, conforme evidencia a distribuição desigual e descontínua das terras indígenas.

2.2.3 Documentação e descrição das línguas indígenas brasileiras

Como já dissemos, antes da colonização portuguesa, as línguas indígenas faladas pelos povos originários apresentavam-se em um número maior do que o que se tem na atualidade. Conforme aponta Luciana Storto:

Outra informação que se tem é de haja uma tendência de que as línguas ainda faladas em território nacional desapareçam completamente nos próximos 50 ou 100 anos por tratar-se de línguas representadas por um número baixo de falantes e que estão deixando de ser faladas pelas crianças em muitas comunidades indígenas, por ser sua língua materna e de poucos falantes, muitos preferem ensinar o Português para uma melhor comunicação dentro e fora das comunidades indígenas. (Storto, 2019, p.89).

Nesses termos, Luciana Storto também apresenta que a “língua indígena, na condição de minoritária, vai gradativamente perdendo lugar na comunicação intragrupal, deixando de ser ensinada às novas gerações até desaparecer. As línguas indígenas muitas vezes são referidas como dialetos, que por sua vez recebem menos importância do que as línguas nacionais, o que contribui para o seu eventual desaparecimento. O desaparecimento de uma língua (ou o risco de seu desaparecimento) pode ainda ocorrer partindo da situação de contato linguístico em que o bilinguismo da comunidade de menor estima caminha para o monolinguismo da língua de maior prestígio, o que aconteceu e acontece na maioria dos processos de colonização, a língua que prevalece ainda é a dos colonizadores” (Storto, 2019).

Em virtude do temor à ameaça de desaparecimento da maioria dessas línguas, como registra Rodrigues (2005), sua documentação científica requer grande número de pesquisadores em condições favoráveis de dedicação continuada. Por isso, a partir da década de 1980, foi registrado grande desenvolvimento dos estudos realizados na área que se tornou conhecida como “Linguística Indígena” ou “Linguística Antropológica”, por meio da formação de especialistas e a implementação de ações para a formação de professores e pesquisadores indígenas.

Como já dito, as línguas indígenas brasileiras distinguem-se em vários aspectos, desde à organização de seus sistemas de fonético-fonológicos até à estrutura gramatical e, em outros aspectos discursivos e pragmáticos. Essa diversidade linguística, como já observado, passou a ser descrita e registrada por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Conforme aponta Luciana Storto:

Alguns governos negam a existência de povos indígenas em seus territórios, alguns governos fazem campanhas para extinguir as línguas indígenas, criminalizando seu uso, como ocorreu nas Américas ao início do colonialismo. Uma das maiores influências sobre o estado das línguas indígenas é pelo fato de que os seus povos estão, eles mesmos, ameaçados a extinção (Storto, 2019, p.85).

Em 1956, o primeiro Departamento de Linguística do Brasil foi iniciado por Darcy Ribeiro, que, na época, era reitor da Universidade de Brasília (UnB). Nessa posição, o antropólogo e escritor convidou o linguista Aryon D’Alligna Rodrigues (especialista cuja tese de doutorado sobre a língua Tubinambá havia

sido defendida na Universidade de Hamburgo, na Alemanha) para criar, na referida instituição brasileira, o primeiro curso de Pós-Graduação em Linguística. Esse curso, porém, foi fechado pela ditadura militar.

Como informa Rodrigues (2005), em 1987, apenas uma universidade brasileira, a Unicamp, formava pesquisadores para trabalhar com línguas indígenas. Para tanto, por iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), foi criado o Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB), visando a fomentar a pesquisa e a formação de novos pesquisadores.

Embora, segundo Rodrigues (2005), não houvesse sido destinada verba específica para esse fim, adotou-se uma política de prioridade a projetos que se enquadrassem no programa. Entretanto, com o apoio do CNPq foi possível motivar alguns programas de pós-graduação em Letras a abrirem espaço para pesquisas sobre línguas indígenas.

Assim, além da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também foram pioneiras de pesquisa em línguas indígenas a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e também a UnB, já referida aqui. Nessas instituições, muitos pesquisadores na graduação e na pós-graduação foram formados, principalmente, em nível de mestrado. Muitos destes estudantes receberam bolsas para realizar seu doutorado na Europa e nos Estados Unidos.

Embora durante o Governo do Presidente Collor tenha havido corte de verbas para apoio à pós-graduação, a partir dos anos 2000 novas ações de incentivo à documentação e descrição das línguas indígenas brasileiras foram surgindo. É o caso do Decreto Nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, o qual instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade em que vivemos.

O referido decreto foi resultado da ação envolvendo setores da sociedade civil e governamentais interessados em mudar o cenário linguístico

brasileiro. O documento foi assinado pelos Ministérios da Cultura (MinC), Educação (MEC), Planejamento e Gestão (MPOG), Justiça (MJ), Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) permitindo a constituição de uma política específica para preservação da diversidade linguística existente em nosso país, que participam de várias dimensões da vida em sociedade. Para se pensar em ações de fortalecimento de línguas é necessário considerar as políticas educacionais existentes, assim como os novos movimentos de cursos de graduação intercultural.

Notoriamente, as produções resultantes da formação de pesquisadores em línguas indígenas brasileiras e suas pesquisas avançaram consideravelmente desde então. Contudo, é preciso ressaltar que muitas dessas ainda necessitam ser estudadas com profundidade ou seu conhecimento está em constante revisão que passa por referenciais teóricos e metodológicos, em especial, no que tange ao registro de dados que exemplifiquem seus usos em contextos culturais diversos.

Nesse sentido, não há dúvidas sobre a expectativa da contribuição que as línguas indígenas existentes no Brasil têm a dar às ciências da linguística e antropologia. Afinal, quando uma dessas línguas morre, a fala empobrece, é possível se reconstruir parte da história de uma língua com a análise de sua estrutura e vocabulário, comparando e analisando as outras que são parecidas ou foram formadas por meio do mesmo tronco linguístico.

2.2.4 Situações de uso das línguas indígenas brasileiras

Alguns indígenas falam e entendem mais de uma língua ou que entendem muitas línguas, mas só falam uma ou algumas dessas, alguns indígenas são bilíngues, trilíngues ou mesmo multilíngues. Vivenciando e convivendo com situações de multilinguismo, onde a quantidade de línguas usadas por um indivíduo pode vir a ser variado, Storto (2019) aponta que em uma mesma comunidade existem variedades de línguas:

Em uma mesma comunidade indígena, podemos encontrar indivíduos que falam a língua indígena, com outros que falam a língua portuguesa e outros que são bilíngues ou multilíngues, possibilitando que a pluralidade cultural se

distinga. Estamos falando da nossa própria herança e descendência ao falar da língua indígena, a variedade de línguas e dialetos que compõe a língua portuguesa que utilizamos no dia a dia, demonstra o conhecimento do indígena sobre suas línguas, na expectativa de que também sua educação se desse em sua língua materna, o que iniciou sendo um direito do indígena, reconhecido na Constituição (Brasil, 1988), no Capítulo VIII, intitulado “Dos Índios”, e no Capítulo III (Storto, 2019, p.87).

Nesse sentido, professores, apoiadores e outras instituições auxiliaram na formulação da Constituição com respeito à questão indígena, conta que antes o indígena era alfabetizado apenas em português, atualmente se defende a necessidade e importância da educação bilíngue, tendo o indígena como seu próprio dirigente tendo como parceria estudiosos. A preservação das línguas precisa ser realizada partindo das políticas que valorizem as culturas, as garantias dos direitos vitais dos povos indígenas, tanto em território, educação e economia.

2.2.5 Políticas linguísticas relativas às línguas indígenas brasileiras

Para os falantes de todas as línguas minoritárias uma exigência grande talvez esteja relacionada ao direito de acesso aos serviços públicos na sua língua de referência ou primeira língua e de implementação de projetos governamentais que facilitem o apoio à produção literária e audiovisual em seu idioma, fazendo com que o indivíduo e sua comunidade se sintam capazes e valorizados possibilitando a busca e favorecendo a preservação e a transmissão dos conhecimentos, costumes e valores as futuras gerações. Como apontam o Iphan e o Minc:

Reconheceram sete línguas como Referência Cultural Brasileira, das quais seis são línguas indígenas. Estão entre elas a língua Asurini, que pertence ao tronco Tupi, da família linguística Tupi-Guarani, cujos falantes habitam a Terra Indígena Trocará, localizada às margens do rio Tocantins, em Tucuruí (PA); e a língua Guarani M'bya, identificada como uma das três variedades modernas da língua Guarani, da família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi. Também são referências as línguas Nahukuá, Matipu, Kuikuro e Kalapalo, de família linguística Karib e falada na região do Alto Xingu (MT) (*IPHAN de Patrimônio Cultural*, 2015).

O uso da língua na comunidade também passa pelo seu ensino na escola. Importante ressaltar que, em relação às escolas indígenas e, particularmente, considerando a taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade, observa-se um índice abaixo da média brasileira, situada em 90,4%, sendo que, nas TIs, 32,3% ainda são analfabetos, o que revela que a expansão das políticas públicas na área da educação indígena apresenta-se como um desafio, que se revela ainda mais complexo em se tratando da população indígena habitantes de áreas demarcadas, em que ainda não há escolas dentro das comunidades indígenas, o que leva estudantes a terem que se deslocar para escolas fora das terras indígenas.

CAPÍTULO III

3. LÍNGUAS DE SINAIS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Como já visto nos capítulos anteriores, o Brasil é considerado um país de vasta diversidade linguística e cultural, o que se dá, de forma especial, em função da existência de centenas de povos indígenas e em suas línguas habitantes do território.

Também já foi dito nesta dissertação que a Língua Portuguesa e a Libras não são as únicas línguas usadas pelos brasileiros, pois, conforme a literatura específica, são faladas e sinalizadas um número considerável de línguas, muitas das quais já mencionadas neste trabalho. Nesta seção, portanto, nosso foco será sobre as línguas indígenas de sinais usadas por surdos indígenas pertencentes a diferentes etnias brasileiras.

Segundo a literatura específica, os estudos sobre línguas indígenas de sinais tiveram início com Kakumasu (1966) com trabalhos realizados por estudiosos pertencentes ao *Summer Institute of Linguistics*. Contudo, foi na década de 1980, que Lucinda Ferreira Brito tornou-se a primeira linguista brasileira a coletar e analisar dados da Língua de Sinais Urubu-Ka'apor Brasileira (LSKB) do Maranhão, nos dias atuais denominada de Língua de sinais Ka'apor (Godoy, 2020).

Além da Língua de Sinais Urubu-Ka'apor Brasileira (LSKB), outras oito línguas de sinais indígenas constam na literatura²¹, a saber: Língua de Sinais Sateré-Mauwé (LSSM), Língua de Sinais Guarani-Kaiowá (LSGK), Língua Terena de Sinais (LTS), Língua de Sinais Kaingang (LSKA), Língua de Sinais Paiter Suruí (LSPS), Língua de Sinais Akwe-Xerente (LSAX), Língua De Sinais Pataxó (LSP), Língua de Sinais Xukuru do Ororubá (LSXO).

3.1 As Línguas de Sinais Indígenas Brasileiras

²¹ Cf. Ferreira Brito (1995); Quadros (2019), Quadros e Leite (2013), Quadros e Silva (2017), Godoy (2020), Gomes e Vilhalva (2021), dentre outros.

Nesta seção, apresentamos as línguas de sinais já identificadas no território brasileiro. Na seção, além da localização geográfica, buscaremos trazer também informações gerais sobre elas, a saber, informações gerais relacionadas ao povo indígena que a utiliza: sua localização geográfica, a língua oral que falam, o status sociolinguístico da língua oral e da língua de sinais e, quando possível, alguns dados sobre estudos descritivos relacionados a suas estruturas.

3.1.1 Língua de Sinais Urubu-Ka'apor Brasileira (LSKB)

O povo Ka'apor surgiu como povo distinto há cerca de 300 anos, provavelmente na região entre os rios Tocantins e Xingu. Talvez por causa de conflitos com colonizadores luso-brasileiros e com outros povos nativos, iniciaram uma longa e lenta migração que os levou, nos idos de 1870, do Pará, através do rio Gurupi, ao Maranhão (Balée, 1993).

Figura 4 - Os Ka'apor têm protegido a maior parte do que resta da floresta amazônica.



Fonte: Racismo ambiental.

Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/01/09/indigenas-kaapor-do-maranhao-buscam-romper-com-o-resto-da-sociedade/>.

Acesso em: 10 jun. 2023.

Esse povo fala a língua também chamada Ka'apor, a qual parece ter sido mais influenciada gramaticalmente pela Língua Geral Amazônica; a Waiãpi, pelas línguas Carib setentrionais. Uma grande diferença entre elas é a tonicidade: na língua Ka'apor, as palavras são normalmente oxítonas; na Waiãpi, paroxítonas. Essa é uma língua da família Tupi-Guarani. Não é falada por nenhum outro grupo conhecido, exceto como segunda língua por alguns Tembé e outros moradores da região do Gurupi etnicamente não considerados Ka'apor; dialetos da língua são minimamente desenvolvidos.

Existem pequenas diferenças léxicas e livres variações entre o povo Ka'apor originário das aldeias da bacia do Turiaçu e o da bacia do Gurupi. Historicamente, é provável que a língua Ka'apor esteja mais intimamente relacionada à língua Waiãpi, que é falada a uma distância de 900 km, no outro lado do rio Amazonas, essas línguas foram altamente influenciadas nos últimos 300 anos por outras línguas.

Embora não existam regras de distinção entre falas masculinas e femininas, segundo Godoy e Gustavo os Ka'apor são linguisticamente peculiares na Amazônia por terem uma linguagem padrão de sinais, usada para a comunicação com os surdos.

Cerca de 60% do povo Ka'apor é monolíngue; os outros 40% falam um português regional. Uma porcentagem bem pequena fala Tembé ou outra língua indígena, como a Guajá.

Educação primária em português e na língua Ka'apor tem sido oferecida, de forma intermitente, nas escolas da Funai no Posto Canindé e na aldeia Zé Gurupi desde os anos 70.

Diante da omissão de alguns governantes brasileiros no que se refere à situação dos povos indígenas Kaapor, organizações Internacionais tem sido a voz desses povos. O Greepeace, por exemplo, tem prestado auxílio com rastreadores via satélite e mapeamento fotográfico.

Essa comunidade tem uma elevada taxa de surdez, podendo ser de 1 surdo para o grupo de 75 ouvintes, superando à média de outros povos. Essa etnia possui uma língua de sinais própria, sendo sinalizada tanto pela comunidade surda de seu grupo, como também por seus membros não surdos na comunicação.

Assim sendo, é dentre esse povo que encontramos a língua indígena de sinais mais conhecida no país, a Língua de Sinais Ka'apor Brasileira (LSKB), que, no passado, foi estudada por Kakumasu (1968), linguista e missionário americano. Também foi pesquisada e citada por Ferreira, como já dito, em uma análise contrastiva com a Libras, na década de 1990, em um capítulo do livro *Por uma Gramática de Língua de Sinais*.

De acordo com Silva e Quadros (2019), Brito (1984) apresentou considerações iniciais sobre a Língua de Sinais dos Indígenas Urubu-Kaapor (LSKB), comparando a forma de comunicação gesto-visual utilizada pelos indígenas com o que denominou língua de sinais dos centros urbanos brasileiros, o que mais tarde foi definida como Libras. Seu intuito foi indicar diferenças lexicais entre as duas formas de comunicação.

Ela teve estudos atuais, embora muitos pesquisadores tenham pensado que havia sido extinta, por passar anos sem ter sido citada por nenhum cientista, mas dados recentemente documentados comprovam que ela continua sendo usada por surdos e ouvintes em comunidades localizadas no estado do Maranhão (Godoy 2015; 2020).

Essa língua surgiu, pelo que se sabe, durante a década de 1960, quando ocorreu um surto de boubá neonatal, que ocasionou surdez em todos os recém-nascidos; espontaneamente, pais e parentes criaram uma língua de sinais para interagirem com seus bebês e com isso, praticamente toda comunidade se tornou bilíngue, em língua oral e em língua de sinais. Não temos notícia sobre a situação do ensino entre os Ka'apor, se propostas de educação escolar têm contemplado a língua de sinais.

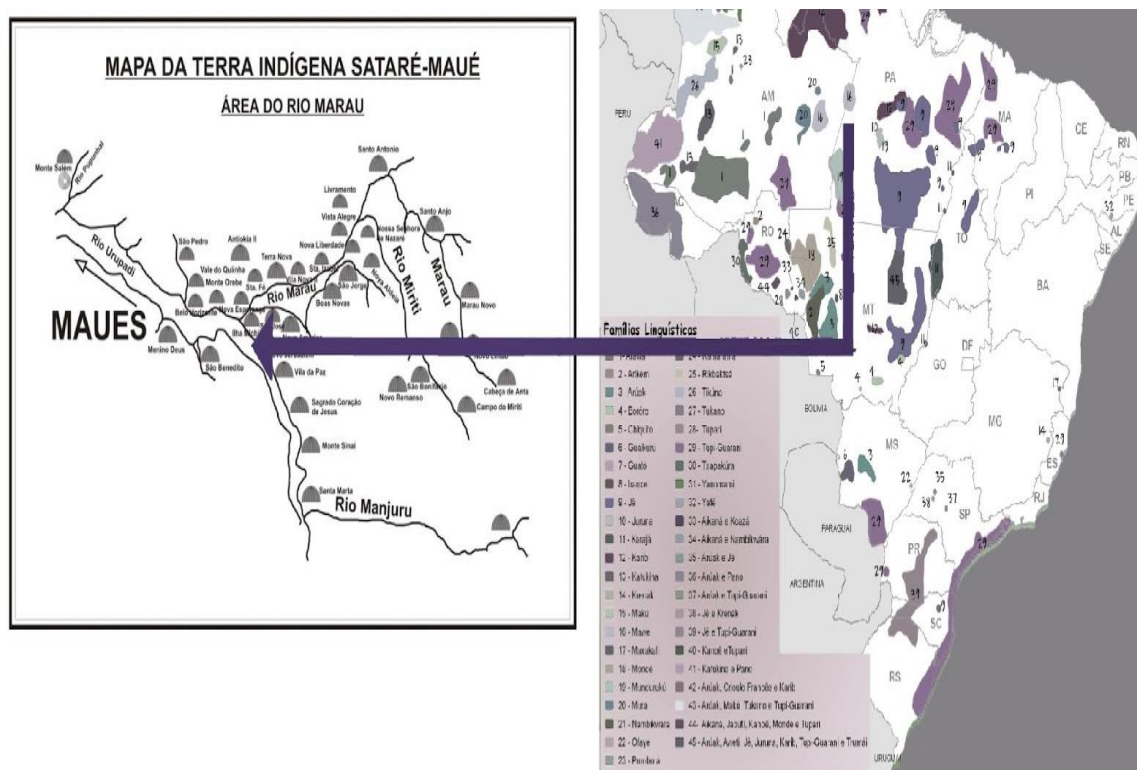
3.2 Língua de Sinais Sateré-Mauwé (LSSM)

A etnia Sateré-Mawé habita na região do médio rio Amazonas, em duas terras indígenas, uma denominada TI Andirá-Marau, localizada na fronteira dos estados do Amazonas e do Pará, que vem a ser o território original deste povo, e um pequeno grupo na TI Coatá-Laranjal da etnia Munduruku. (Azevedo, Pagliaro, Santos, 2005, p.192). Essa etnia é encontrada morando nas cidades:

De Barreirinha, Parintins, Maués, Nova Olinda do Norte e Manaus (onde formam quatro aldeias urbanas), todas situadas no estado do Amazonas, onde tiveram seu primeiro contato com os brancos na época de atuação da Companhia de Jesus, quando os jesuítas fundaram a Missão de Tupinambaranas, em 1669 (Lorenz, 2021).

Segundo Bettendorf, "Em 1698 os Andirá acolheram o Padre João Valladão como missionário. É impossível localizar os Maraguá precisamente, mas eles viviam num lago, entre os rios Andirá e Abacaxi, provavelmente no baixo Maués-Açu, que se espraia para formar uma espécie de lago".

Figura 5 - Mapa da terra indígena Sateré – Maué.



Fonte: Blogger.com.

Disponível em: <https://indigenasbrasileros.blogspot.com/2015/12/satere-mawe.html>.

Acesso em: 22 jul. 2023.

Desde o século XVIII, os Sateré-Mawé tiveram seu território alterado pelas missões jesuítas, pela busca das drogas do sertão e pela extração de borracha da seringueira. Conhecidos por cultivarem o guaraná, fruto amazônico nativo do território de muita importância para o povo a ponto de estarem em seu mito de origem (Azevedo, Pagliaro, Santos, 2005, p.192).

Além de sua língua oral, identifica-se entre o povo Sateré-Mawé um outro sistema de língua é o de sinais dos Sateré-Mawé, usado por surdos Mawé da região de Parintins, no Amazonas. Azevedo (2015), pesquisador surdo, os apresenta ora como sinais caseiros, ora como emergentes, como língua de sinais dos Sateré-Mawé e como sinais da Libras. Azevedo (2015) explica sobre estes indígenas surdos de comunidades indígenas Sateré-Mawé da microrregião de Parintins.

Ele afirma que as escolas indígenas (localizadas dentro das aldeias) não possuíam educação diferenciada para os indígenas surdos e que os professores não estavam sendo orientados sobre como trabalhar com estes estudantes.

O pesquisador relata que existia apenas uma escola na cidade (escola não-indígena) que dispunha de sala de recursos para esses alunos surdos. Ele descreve os participantes da pesquisa e mostra com fotos alguns dos sinais coletados. A pesquisa teve como foco principal o levantamento de indígenas surdos nas microrregiões do município de Parintins da etnia Sateré-Mawé. O autor conclui que os governantes devem cumprir com seus deveres nesse sentido (ao apoiar esses professores e alunos):

Nesse sentido, deve haver iniciativas por parte do poder local, para que o governo e as entidades aliadas às causas indígenas possam aproveitar as experiências dos vários pesquisadores sobre as causas dos Sateré-Mawé, para ampliar esse tipo de trabalho. São diagnósticos como este que irão dar o norte para novos projetos e programas que favoreçam realmente garantir a autonomia dos povos indígenas (Azevedo, 2015, p. 178).

Posteriormente, o autor elaborou um material com possibilidade de utilização pedagógica, um vocabulário trilingue: em Sateré Mawé (escrita da

língua oral), português, e Libras, para apoiar o ensino desses surdos (Azevedo 2016). O pesquisador Erich Teles Bezerra (2018, 2019) estudou também a constituição do sujeito surdo dentro da cultura indígena Sateré Mawé, e práticas na inclusão de indígenas surdos nas escolas indígenas. Suas pesquisas estão em andamento e as informações que temos são de apresentações em eventos científicos.

3.3 Língua de Sinais Guarani-Kaiowá (LSGK)

Os Guarani ocupam territórios próximos ao litoral, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Figura 6 - Área de Presença Guarani.



Fonte: Blogspot.

Disponível em: <https://indigenasbrasileiros.blogspot.com/2015/12/satere-mawe.html>.

Acesso em: 26 nov. 2023.

Os Guarani possuem sua própria cosmologia, assim como cada povo, onde apontam para a criação do mundo, seus objetivos e toda organização social, religiosa e moral, conforme aponta Santos:

Na Opy a gente grita, canta, pra chamar Nhanderu, mas o juruá não conhece Nhanderu, o Papa, os pastores não sabem, não conhecem, eles falam: "ah, nosso Deus é um só". Oh, eu falo agora, o guarani tem Nhanderu Ete, Nhandexy Ete, Nhanderu Papa'i, Nhanderu Karai, Nhanderu Tupã, Nhanderu Jakaira. Então, que eu falei agora seis, seis que nós temos, e tem mais, mas o juruá não sabe. Juruá fala... ah, nosso Deus... só um... risos (Santos, 2020, p. 71).

As variedades da língua guarani são faladas em cinco países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e, em número reduzido, no Uruguai. As línguas pertencem ao tronco linguístico Tupi. Algumas variedades são Nhandeva (ou Xiripá), Mbya, Ava Guarani e o Kaiowa (Mongelo, 2013). Por serem línguas próximas facilitam a compreensão entre os falantes, segundo afirma Mongelo:

Por essa razão, não há nenhum problema das pessoas se deslocarem de aldeia em aldeia, de região em região. Embora as línguas guaranis não sejam iguais, o povo guarani forma uma só nação. A diferença aparece nas palavras, na pronúncia ou na escrita. Em decisões como a de viajar de aldeia em aldeia, há uma consciência do "falar diferente do seu parente de outra aldeia". Não há nenhum desconforto nesse sentido, porque todos sabem que pertencem a mesma nação, o que é explicado pelas narrativas que falam da fundação dos guaranis como um único povo (Mongelo, 2013).

Os sinais Guarani são citados por Vilhalva (2012), que fez um trabalho na área de políticas linguísticas, mapeando os surdos indígenas existentes no estado do Mato Grosso do Sul. Os sinais dos surdos e ouvintes guarani kaiowá desse estado não têm estudo aprofundado, apesar de também serem citados na pesquisa (na área de Educação) de Lima (2013), que os classificou como "sinais domésticos" e os chamou também de senhas, uma vez que os próprios falantes utilizam esta nomeação. Vilhalva (2009) faz um mapeamento de indígenas surdos, procurando documentar alguns de seus sinais.

Ela teve a perspectiva de mapear e registrar, através do olhar de como as línguas de sinais familiares estavam emergindo dentro do contexto plurilíngue, especificamente nas aldeias Jaguapiru e Bororo, das comunidades indígenas do município de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul.

A pesquisadora, que também é surda, relata que os processos de análise nesse estudo tiveram natureza linguística, com enfoque lexical

(vocabulário) e buscando o mapeamento no sentido de abrir este caminho, investigando para trazer elementos concretos para a proposição de política linguística na área. Notamos que sinais guarani apresentados por ela em sua dissertação, como: “mãe, escola, mandioca” são muito semelhantes aos sinais para os mesmos referentes na língua de sinais terena. Essa semelhança pode ser por conta da iconicidade.

Uma publicação recente de Gomes e Vilhalva (2021), falando de indígenas surdos e sua educação, revela que existem muitos surdos indígenas que são invisíveis para o Estado brasileiro. Eles dizem que segundo o Censo Escolar de 2018 existem 3.345 escolas no Brasil que utilizam “linguagem indígena”, não deixando claro que linguagem seria essa, já que não falam em línguas e nem em dialetos (variedades geográficas) de línguas (p.19). Os pesquisadores dizem ter o objetivo de fazer o mapeamento das línguas indígenas de sinais do Brasil e contribuir com o mapeamento das línguas de sinais em contextos indígenas (p. 22). Gomes e Vilhalva (2021) citam Marin (2009), que diz que as línguas são essenciais para construir identidades.

Os autores alegam que a pesquisadora Shirley Vilhalva apresenta em suas pesquisas a existência de uma “Língua de Sinais Emergentes” dos Guarani Kaiowá. Vilhalva reconhece, segundo os autores, que esses “sinais emergentes” estão migrando para o desenvolvimento de uma língua de sinais indígena, mas que, por hora são “sinais naturais”, que alguns chamam de gestos caseiros ou “práticas linguísticas” (p. 24). Entretanto, poucos sinais nativos dos Guarani são apresentados nessas pesquisas, e com poucas análises, portanto, como pode ser assegurado que esses não são parte de uma língua indígena de sinais? Os autores declaram que os intérpretes que trabalham com esses surdos devem usar esses sinais emergentes, lembrando, mais uma vez, que poucos sinais foram coletados. Com mais tempo de pesquisa e análise seria possível saber se são alguns sinais emergentes de fato ou se são uma língua. No caso de serem uma língua, os intérpretes provavelmente teriam que ser do povo guarani, intérpretes que conheçam a língua de sinais nativa e que tenham a formação para intérprete em escolas onde surdos Guarani estudam.

Coelho (2011) trata da constituição do sujeito surdo na cultura guarani e

kaiowá. Ela também aborda a comunicação desses surdos e faz o registro de alguns de seus sinais. Conclui que faltava capacitação, orientação, materiais pedagógicos e outros materiais para os professores desses surdos. Destacamos que alguns sinais por ela apresentados são idênticos ou muito semelhantes aos sinais da língua de sinais Terena estudada por Soares (2018).

Coelho (2019, p.15) pesquisa em diversas escolas de cinco terras indígenas do Mato Grosso do Sul, trabalhando com surdos Guarani e Kaiowá. Em sua pesquisa pôde perceber que “estratégias de ensino têm invisibilizado as línguas de sinais e diferenças culturais dos estudantes indígenas surdos e não valorizam as línguas maternas nas comunidades indígenas”. Santana (2016) aborda a educação de indígenas surdos no Brasil. Ela comenta que existiam cursos de capacitação para professores indígenas, como os cursos em universidades do Mato Grosso do Sul, citados por Vilhalva (2009). Professores Guarani, Nandeva e Kaiowá, por exemplo, participavam de um projeto de capacitação chamado Avá Verá. Lima (2013) também cita a Licenciatura Indígena TekoArandu, oferecida pela Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD). Esses cursos, o último ainda existente, incentivam a valorização das línguas, culturas, tradições desses povos indígenas, porém precisam de expansão, de mais investimento, inclusive para o estudo das línguas de sinais que estão sendo utilizadas, tanto quanto as orais.

Lima (2013) discute sobre a criança surda guarani e Kaiowá. A autora aborda a comunicação e a inclusão na família e na escola; teve como participantes da pesquisa crianças de 0 a 12 anos, do município de Dourados/MS. Ela destaca que os professores indígenas tinham muitas dificuldades em lidar com os alunos surdos nas escolas das aldeias. Segundo ela, as famílias relatavam que utilizavam sinais caseiros/emergentes para se comunicar com os filhos surdos. Lima opta, em seu trabalho, por mostrar alguns dos sinais coletados por meio do *SignWriting*, ou seja, escrita de sinais, em vez de usar fotografias, para não expor as crianças. Pelo que podemos subentender dos sinais, vários são idênticos aos sinais para o mesmo referente na língua de sinais terena, como os sinais: “fome, criança, pai, mãe”.

3.4 Língua Terena de Sinais (LTS)

As terras indígenas onde se localiza a comunidade Terena atualmente foram “requeridas” ao Estado do Mato Grosso pelo SPI nas décadas de 1920 e 1930, duas delas (Cachoeirinha e Taunay/Ipegue) foram “concedidas” pelo governo estadual em meados do século XX.

Figura 7- Em vermelho, o estado do Mato Grosso do Sul, onde se localiza a comunidade terena.



Fonte: Wikipedia.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_terena.

Acesso em: 08 dez. 2023.

Abrigando uma das maiores populações indígenas do país, o estado do Mato Grosso do Sul:

Com uma população numerosa, mantem um contato intenso com a população regional, são o povo indígena cuja presença no estado se revela de forma mais explícita, algumas mulheres são vendedoras nas ruas de Campo Grande ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar que periodicamente se deslocam para o trabalho temporário que realizam nas fazendas e usinas de açúcar e álcool. A utilização da língua terena estende-se principalmente no estado Mato Grosso do Sul, estando também presente em aldeias indígenas localizadas em São Paulo e no Mato Grosso (Ladeira; Azanha, 2019).

Por meio dos séculos, essa comunidade luta para manter viva sua cultura, contribuindo com situações adversas correlacionadas ao antigo contato, além de mudanças na paisagem, ecológica e social, reservada pelo o colonialismo e, logo após o governo brasileiro.

A língua terena é da família Aruak, e falada pela maioria das pessoas que se reconhecem, hoje, como terena. O uso dessa acontece de forma desigual nas várias aldeias e Terras Indígenas. Tendo vários falantes em algumas comunidades, sendo sua língua mãe e em outras o que prevalece é o português, sua língua de contato.

Henrique (2014) aborda o tema de indígenas surdos e a deficiência do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Dourados. O pesquisador constata que surdos não tinham seus direitos garantidos nos hospitais locais. Muitos surdos guarani ou terena não conseguiam explicar suas dores, o que estavam sentindo, em consultas, pois não tinham intérpretes nos locais que falassem Libras ou conhecessem seus sinais próprios, usados nas aldeias. Ele aponta que é necessária a capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS). A lei prevê presença de intérprete nos espaços públicos, mas na prática, segundo Henrique, isso não acontecia, e ainda não acontece de forma geral na sociedade.

Os sinais usados pelos terenas da comunidade de Cachoeirinha-MS, também citados por Vilhalva, foram estudados linguisticamente por Soares. Em sua tese de doutorado, Soares (2018) comprova a existência da língua terena de sinais, independente da Libras, estruturada, com morfologia, fonética, fonologia, sintaxe e semântica próprias.

O trabalho de Soares (2018) tem o objetivo de analisar os sinais usados pelos surdos terena para estabelecer comunicação com seus familiares e amigos, buscando saber se eles constituem uma língua, e, caso constituam, se é autônoma (não uma variedade da Libras). Seu resultado traz uma visão mais ampla e um conhecimento concreto da língua terena de sinais para ouvintes da própria comunidade terena (uma comunidade indígena grande, com mais de 4.000 pessoas apenas na TI (Terra Indígena) Cachoeirinha), e não só para a comunidade científica.

Essa investigação com os surdos terena também apresenta contribuição no âmbito científico: revelou características linguísticas de uma língua nunca estudada. A pesquisa linguística de línguas de sinais é algo muito recente, bem como a pesquisa de línguas indígenas no Brasil (antes feita geralmente por missionários, cujo principal interesse era a catequização). Assim, o trabalho de Soares (2018) contribui academicamente no sentido de trazer uma proposta de metodologia, ao estudar mais do que uma língua indígena oral ou uma língua de sinais, mas uma língua indígena de sinais. Também traz contribuição com uma proposta de método de análise fonológica de línguas de sinais, ou seja, línguas de uma modalidade diferente (modalidade visual ou viso-gestual, e não oral auditiva). Esse tipo de análise, logicamente, se faz de maneira diferente da análise de línguas orais, e vem sendo desenvolvida muito recentemente.

Essa tese pode auxiliar pesquisadores da área que objetivem estudar a origem, a história e a estrutura das línguas de sinais no Brasil e no mundo, a aquisição de língua de sinais, os efeitos da idade em que a língua de sinais é aprendida, e também o processamento psicolinguístico de línguas de sinais. Assim, não só cumpre com a obrigação de ineditismo em seu tema (a determinação de uma língua até então desconhecida, como um sistema linguístico autônomo), mas também em sua metodologia e seus resultados.

Araújo (2018) aborda a escolarização de terena surdos, e desafios e contradições que os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (conhecidos pela sigla TILS), no caso, de Libras, enfrentavam em sua convivência com os estudantes. Ele discorre sobre as características dos estudantes surdos e sobre a formação dos intérpretes que interagem com eles nas escolas urbanas em que estudavam. Ele questiona se, no ambiente escolar, os tradutores e

intérpretes de Libras consideravam a cultura indígena como uma das características do estudante surdo e qual seria a formação necessária do intérprete para o trabalho em sala de aula, considerando as características destes estudantes indígenas surdos:

Tendo em vista a existência de estudantes indígenas surdos matriculados nas escolas dos municípios de Aquidauana, Anastácio e Campo Grande que contam com a mediação de tradutores e intérpretes de Libras, torna-se necessária uma investigação mais apurada no que concerne à atuação desses profissionais diante do processo educativo desses estudantes, com o intuito de analisar quais são e como são estabelecidas as estratégias de mediação entre línguas e culturas, bem como se estas estratégias são favoráveis para o processo de ensino e aprendizagem (Araújo, 2018, p. 90).

O educador afirma que os alunos Terena surdos usavam sinais nativos e emergentes em suas aldeias, que eram aos poucos incorporados na interpretação dos intérpretes no dia a dia na escola, na medida do possível. A investigação resultou num documento, uma carta, reivindicando direitos desses surdos, que acreditamos se adequar aos anseios de todos os surdos indígenas citados no artigo:

Os resultados desta pesquisa vieram de encontro aos anseios registrados na “carta terena”, onde sugerem a presença de atendimento aos estudantes Terena Surdos dentro das escolas das aldeias, a presença de professor de Libras indígena ou instrutor, a presença de intérpretes dentro das escolas nas aldeias, o registro dos sinais emergentes existentes e usados na comunidade indígena. Abertura de uma sala específica para o estudo das línguas: Terena (na modalidade escrita, Portuguesa, Sinais Emergentes e Libras, com tecnologia adequada para tais fins; Formação continuada e acompanhamento de docentes, técnicos e funcionários de diferentes áreas como saúde e educação que estão atuando com estudante índio surdo nas escolas indígenas sobre a Libras e educação de surdos (Araújo, 2018, p. 130).

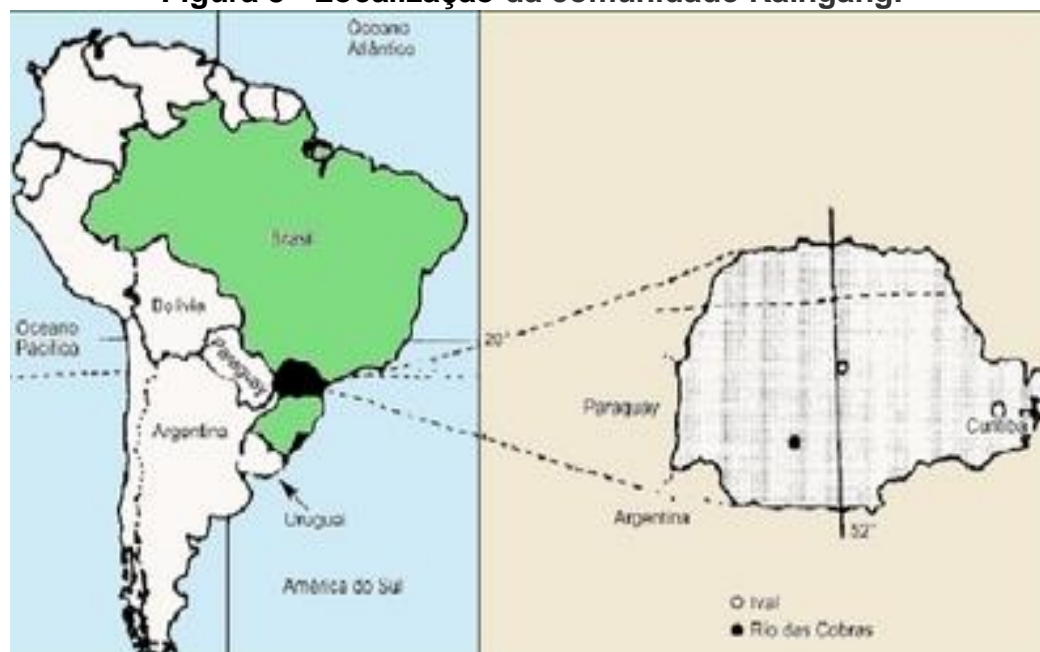
Mussato (2017) aborda temáticas que problematizam discurso, identidade, subjetividade e processos de in(ex)clusão de surdos da etnia Terena. São apontados os desafios que surdos Terena enfrentavam estando em uma situação em que várias línguas eram utilizadas (a língua Terena oral, a língua Terena de sinais registrada por Soares (2018), a língua portuguesa oral e a Libras). Ela revela que muitas vezes estes surdos são excluídos cultural, social e economicamente:

Uma vez inseridos em ambos os territórios (escola urbana e comunidade indígena) essa possível inclusão se releva excludente. Pois não há um estado natural que os posicione na condição de surdos indígenas, ficam fora da história da cultura e língua local e da cultura branca, submetidos ao poder normati(li)izador de ações políticas instituídas pela sociedade hegemônica reservando-lhes um espaço de marginalidade, de subalternidade, caracterizado por sua condição de surdez e pelo fenótipo (Mussato; Cameschi, 2019, p.120).

3.5 Língua de Sinais Kaingang (LSKA)

Localizados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul os Kaingang vivem em mais de 30 Terras Indígenas. Conforme afirma (Tommasino, Fernandes, 2021): Os Kaingang, como outros grupos da família linguística macro-jê, são caracterizados como sociedades sociocêntricas que reconhecem princípios sociocosmológicos dualistas, apresentando um sistema de metades.

Figura 8 - Localização da comunidade Kaingang.



Fonte: *Geografia.seed*.

Disponível em:

<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=383&evento=8>

Acesso: 08 dez. 2023.

Os povos indígenas Kaingang fazem parte do grupo dos povos de línguas e culturas Jê do Brasil, estando entre os cinco povos indígenas mais populosos do país, sendo também o mais populoso entre os Jê. Segundo

estimativa do Instituto Socioambiental, a população Kaingang pode chegar hoje a cerca de 35 mil pessoas. Esta população habita 32 Terras Indígenas espalhadas pelos estados da região sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e parte do estado de São Paulo. Assim como os demais povos indígenas, os Kaingang vivem hoje em parcelas muito reduzidas dos territórios que possuíam historicamente.

A língua Kaingang é classificada por Rodrigues (1994) como pertencente à família Jê, do Tronco Macro-Jê. Embora haja divergências quanto ao número exato de variedades dialetais e suas distribuições geográficas, Wieseemann (1967), avalia que a língua possui cinco dialetos, os quais são distribuídos regionalmente.

Dados oficiais do IBGE indicam que o número de falantes da língua indígena não vem crescendo de modo proporcional ao crescimento da população Kaingang na última década, o percentual de falantes da língua indígena vem diminuindo rapidamente, de modo inversamente proporcional ao aumento de sua população.

Atualmente o investimento político pedagógico se volta para a promoção do bilinguismo, sobretudo possibilitando a aquisição da língua indígena pelas crianças, uma vez que a língua portuguesa tende a ser a língua dominante, e para o fomento da elevação linguística e cultural. Como bem definido nas palavras de ordem do movimento de revitalização cultural Māori, na década de 1970, a cultura e a língua são consideradas preciosidades de um povo, o bilinguismo de aquisição representa um grande avanço no desenvolvimento cognitivo de uma criança, e, em consequência, de um jovem e futuro adulto, onde que sua língua deve ser priorizada quanto ao ensino.

Há também um estudo sobre os sinais Kaingang da aldeia (SKA). Eles foram assim nomeados e analisados, porém sem viés propriamente linguístico, por Giroletti (2008). A autora teve a oportunidade de interagir com crianças kaingang em seu local de trabalho, uma escola na aldeia Jaguapiru, em Santa Catarina. Como intérprete de Libras, ela percebeu que as crianças Kaingang usavam muitos sinais diferentes dos que ela conhecia (da Libras), e registrou alguns deles, ligando-os à cultura Kaingang, especialmente da comunidade indígena em que frequenta, porém ressaltou a necessidade de

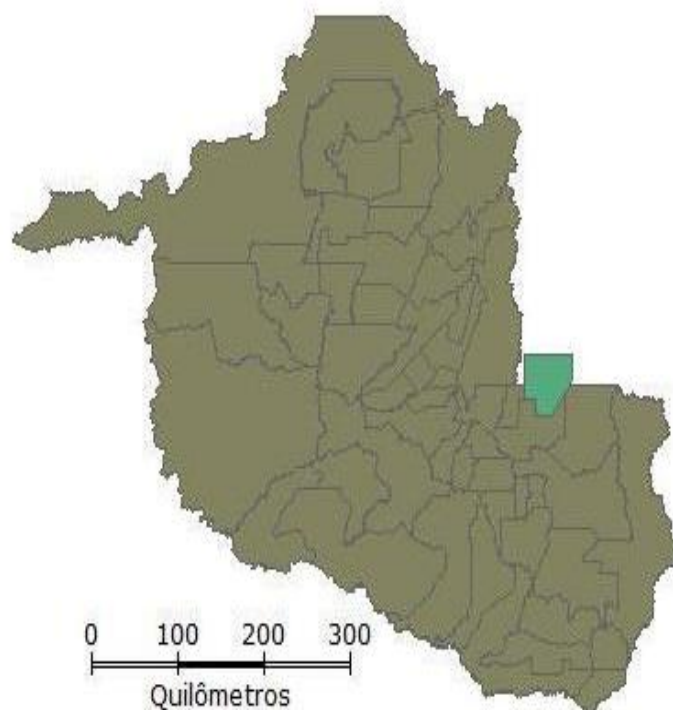
um aprofundamento no estudo linguístico desses sinais no decorrer dos anos.

3.6 Língua de Sinais Paiter Suruí (LSPS)

Localizada em uma região fronteira, ao norte do município de Cacoal (estado de Rondônia) até o município de Aripuanã (estado do Mato Grosso), esta a Terra Indígena, onde vivem os Paiter Suruí:

Chega-se à área a partir de Cacoal, através das linhas de acesso 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 14, pelo fato das aldeias estarem distribuídas ao longo dos seus limites, tanto por questões de segurança quanto de aproveitamento de antigas sedes de fazendas deixadas por invasores que se estabeleceram dentro da área nas décadas de 70 e 80. A Terra Indígena Sete de Setembro é banhada pela bacia do rio Branco, afluente do rio Roosevelt e que se forma a partir da junção dos rios Sete de Setembro e Fortuninha. Na margem esquerda há os rios Igapó (nomeado pelos Paiter), rio São Gabriel e outros sem denominação em carta topográfica do IBGE (Etnoambiental, Mindlin, 2021).

Figura 09 - Terra indígena Sete de setembro em relação ao mapa de Rondônia.



Fonte: Geografia.seed.

Disponível em:

<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=383&evento=8>. Acesso: 09 dez. 2023.

Em 1969, houve um contato inicial e aproximação com os não indígenas provocando profundas mudanças sociais entre os Paiter. A luta desse povo pelo reconhecimento e a integridade de seu território durante a história, foi ameaçada pela violência do Polonoroeste, a corrupção e omissão de órgãos governamentais, a invasão de moradores indevidos e a incidência de madeireiras e mineradoras.

Os Suruí de Rondônia se autodenominam Paiter, que significa "gente de verdade, nós mesmos". Os Paiter mantêm na lembrança, transmitida de pai para filho, um tempo em que teriam emigrado da região de Cuiabá para Rondônia, no século XIX, fugindo da perseguição de brancos. Na fuga, entraram em choque com outros grupos indígenas e não indígenas.

Com a exploração da borracha, a construção da estrada de ferro Madeira e a instalação das linhas telegráficas por Rondon, o fluxo migratório para Rondônia foi grande e seus efeitos se fizeram sentir sobre a população indígena na região, acarretando em muitas lutas e mortes.

Falam uma língua do grupo Tupi e da família linguística Mondé. Alguns jovens Paiter que dominavam a língua portuguesa em razão da necessidade de diálogo com os brancos, levaram suas reivindicações até a Funai, lutando para consciência de como se constitui a sociedade brasileira e a necessidade de lutar pela defesa de seu território e de sua cultura.

Os sinais usados pelos Paiter-Suruí foram abordados por Eler (2017), Gregianini (2017) e Costa (2017), com foco na perspectiva da identidade cultural do povo Paiter-Suruí de Rondônia. Gomes e Vilhalva (2021) citam tais trabalhos como estudos que tiveram como objetivo realizar produção acadêmica na área de educação intercultural, "buscando novas práxis educativas no ambiente amazônico" (p. 37).

Apontam que o projeto buscou identificar a língua Paiter-Suruí de sinais no contexto da educação escolar indígena, da comunidade e da família (p. 38). As pesquisadoras relatadas por Gomes e Vilhalva tratam de

“desenvolvimento imagético visual” dos sinais criados pelos Paiter-Suruí, mas não descrevem sua língua. Abordam sua visão de mundo e importância da sua cultura. Acreditam que a quebra de paradigmas pode contribuir de maneira criativa para a “construção de diálogos interculturais entre culturas que requerem situação interativa e uma síntese superadora de valores”.

Costa (2017) faz um mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo Paiter-Suruí em seu contexto familiar. Fruto de trabalho na aldeia indígena Gapgir, localizada na Terra Indígena Sete de Setembro, município de Cacoal, estado de Rondônia, seu trabalho procura “identificar as formas de comunicação e expressão de um grupo de surdos do povo Paiter-Suruí, registrando os sinais utilizados por eles”. Por serem surdos os participantes da pesquisa, e terem uma linguagem criada a partir do visual, “entende-se que os Sinais Paiter-Suruí (SPS) estão intimamente ligados à cultura do povo Paiter-Suruí, tornando a análise da identidade cultural presente nos SPS essencial” (Costa 2017). Destacamos que os sinais: “água, mãe, cozinhar, tv, pulseira”, descritos pela autora são muito semelhantes aos mesmos sinais na língua Terena de sinais (Soares 2018).

Gregianini (2017) também aborda os sinais Paiter-Suruí, porém focando no contexto da comunidade. Ela relata que, durante as visitas e permanência na aldeia, pôde observar que os surdos se comunicavam de diferentes formas, pois,

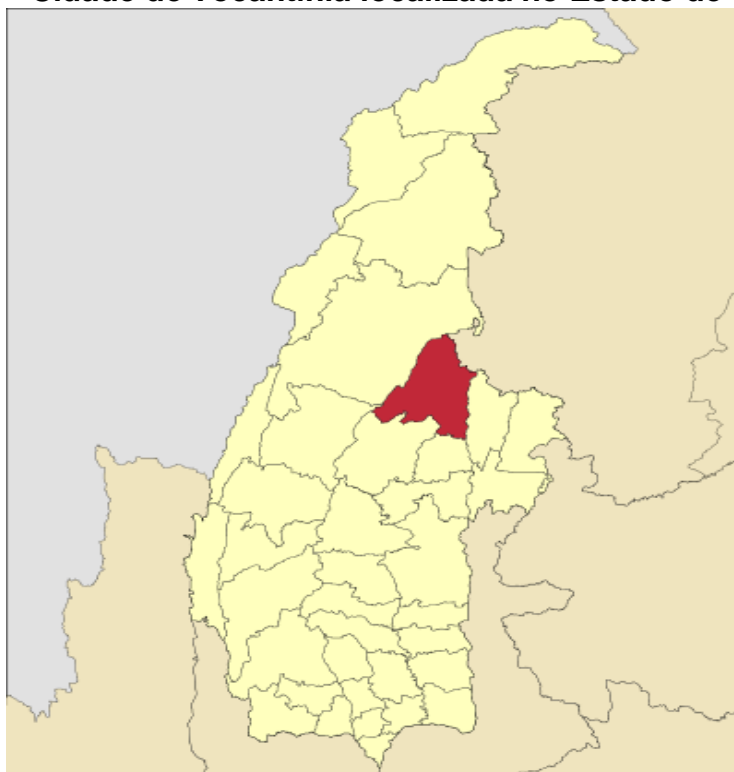
Alguns entendem as informações passadas pelos seus familiares na Língua Paiter Suruí, outros se comunicam utilizando alguns sinais da Libras misturados a sinais criados entre os familiares e outros se comunicam por meio de expressões, apontamentos e sinais criados entre eles, amigos e familiares (Gregianini, 2017).

Gregianini afirma que, a partir dos feitos e ensinamentos coletivos da cultura Paiter-Suruí, é que os indígenas surdos, com sua cultura visual, se apropriariam do significado que tinha sido coletivo, criando significados de acordo com a sua visão e sua relação com o meio em que estão inseridos, assim como podemos perceber em outras pesquisas com indígenas surdos.

3.7 Língua de Sinais Akwe-Xerente (LSAX)

O território Xerente é composto pelas Terras Indígenas Xerente e Funil - localiza-se no cerrado do Estado do Tocantins, palco de tensões entre a população local não-indía e os Xerente. Conforme afirma (Paula, 2021), desde a fundação do Estado do Tocantins, em 1989, seu território é foco das atenções regionais (e nacionais) devido a sua localização estratégica. Encontra-se atualmente rodeado de projetos de desenvolvimento incentivados pelos governos federal e estadual, em parceria com a iniciativa privada

Figura 10 - Cidade de Tocantínia localizada no Estado de Tocantins.



Fonte: Cidades do meu Brasil.

Disponível em: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/to/marianopolis_do_tocantins.

Acesso: 09 dez. 2023.

Os Xerente, autodenominados Akwe, formam com os Xavante (autodenominados A'we), de Mato Grosso, o ramo central das sociedades de língua Jê. Os Xacriabá, atualmente localizados em Minas Gerais, e Acroás (extintos), também são considerados grupos a eles aparentados linguística e culturalmente. Segundo a versão mais aceita, o nome Xerente foi atribuído por não-índios, visando sua diferenciação dos demais Akwe, particularmente, em relação aos Xavantes.

Os Xerentes mantêm com vitalidade dialetos de uma mesma língua, que pertence à família Jê. As crianças até cinco anos só falam a língua indígena. Os adultos a utilizam em todos os contextos da vida cotidiana nas aldeias. Quando conversam com não-índios, falam fluentemente o português, são ensinados os dois.

O ensino escolar formal nas comunidades indígenas é ministrado por cerca de 30 professores indígenas de ambos os sexos (quase um por aldeia), restringe-se ao ciclo de 1ª à 4ª ano. Após o término do 4ª ano, a continuação dos estudos se torna mais difícil por problemas de locomoção ou adaptação às exigências das escolas não-indígenas, uma vez que as escolas que tem o ensino fundamental (do 5ª à 8ª anos) e de ensino médio se localizam em Miracema e Tocantínia. Alguns Xerentes obtêm formação no ensino médio - cursos técnicos de magistério, administração e contabilidade. Uma alternativa para os alunos que terminam o quarto ano é cursar o ensino fundamental na escola agrícola (internato) de Catalão (GO). Segundo Lorenz (2021).

Os sinais usados pelos Akwe-Xerente são citados por Barretos (2016), porém não há nenhum estudo sobre seus parâmetros. O autor discorre sobre a comunicação dos Akwe- Xerente surdos. Ele entrevistou 13 surdos, entre 7 e 62 anos, de dez aldeias diferentes, esclarece que em poucas aldeias há mais de um surdo, e que a distância entre elas fazia com que acontecessem poucos encontros entre eles. Também havia outros fatores, como o fato de eles serem de clãs diferentes e idades diferentes.

O pesquisador relata que existia comunicação surdo-ouvinte, entretanto mais no seio familiar. Esses sinais eram gestos e sinais caseiros, segundo os Akwe-Xerentes, entretanto o pesquisador classifica-os como sinais culturais, pois refletiriam a cultura de seu povo. Ele os chama de sinais Akwe. Segundo o autor, os professores demonstraram preocupação com a formação escolar destes surdos e desejaram ver seus direitos sendo respeitados.

3.8 Língua de Sinais Pataxó (LSP)

Os indígenas Pataxó vivem em diversas aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. Há evidências de que a aldeia de Barra Velha existe há quase dois séculos e meio, desde 1767. Possuem contato com os não indígenas desde o século XVI. Sua língua Patxohã e rituais "dos antigos" como o Awê tem ganhado espaço dentro dessa comunidade, onde existe um empenho para manter seus costumes.

Figura 11 - Localização dos indígenas Pataxó, localizados no Estado de Minas Gerais e Bahia.



Fonte: Embrapa.

Disponível em:

https://www.embrapa.br/documents/1355054/26025431/SITE+ARVORES_FICHA_45_Joannesia+princeps.pdf/4acbe3b7-2c88-f44b-4938-48f4c3ec53dc.

Acesso: 09 dez. 2023.

A língua indígena não é mais falada, a comunicação vem sendo feita por meio do português mesclado com vocábulos da língua indígena. Todavia, um grande esforço está sendo desenvolvido para a reconstrução do Patxohã - "Língua de Guerreiro" (Bomfim, 2012) partindo do vocabulário registrado por cronistas e viajantes.

Um grupo de Pesquisadores Pataxó, que se dedica ao estudo da língua, desde 1998 refere ao processo de retomada da língua Pataxó, do qual é um processo coletivo, visando à valorização da história e vida do seu povo (Bomfim, 2012, p. 11). O pioneiro nesse processo foi o Kanatyó, que sempre demonstrou grande interesse pelos conhecimentos dos mais velhos, assim como pela elaboração de cânticos com vocábulos da língua indígena.

Em Barra Velha tivemos a primeira escola em 1978, pela (Fundação Nacional do Índio) Funai, contribuiu, fortemente, para estimular o seu interesse (Bomfim, 2012, p. 59). O ensino de Patxohã não se restringe ao léxico da língua, a um grande conjunto de informações, tais como danças e canções indígenas.

Os processos históricos vivenciados pelos povos indígenas, particularmente aqueles estabelecidos no extremo-sul da Bahia e a identidade indígena no presente precisa contribuir para a valorização de um povo.

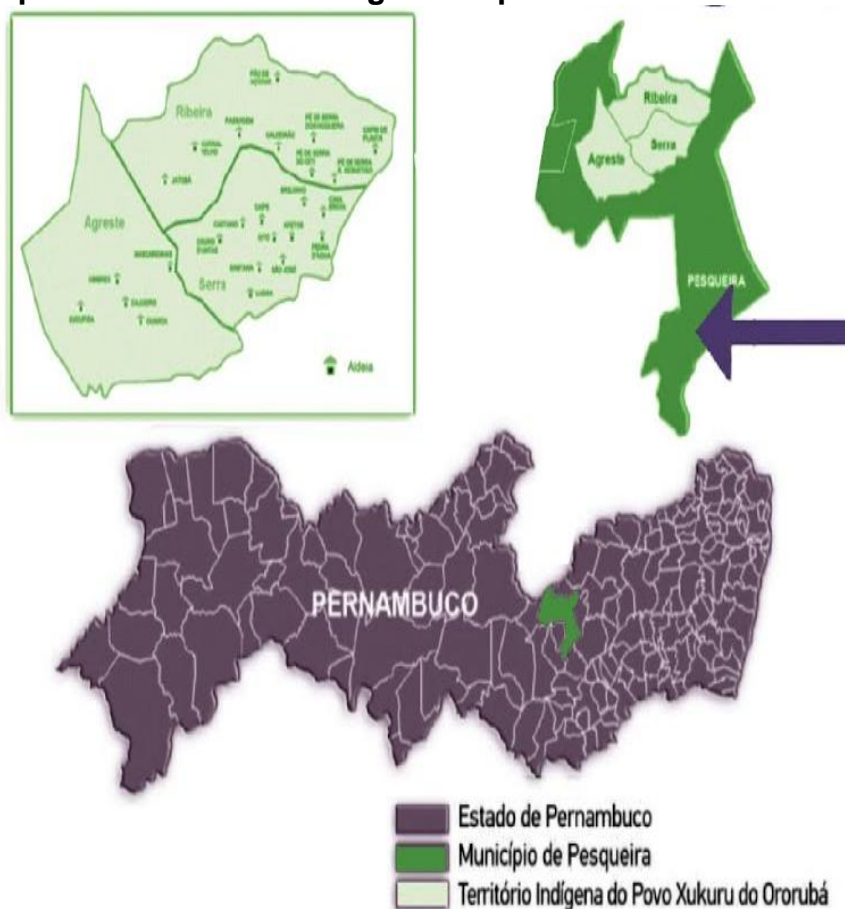
Também existem as línguas de sinais dos surdos Pataxó, do sul da Bahia segundo Damasceno (2017). Jessiá Braz de Jesus, pesquisador pertencente à etnia Pataxó, residente da aldeia Indígena Pataxó de Barra Velha, de Porto Seguro, localizado no extremo sul do estado da Bahia, refere-se aos surdos Pataxó e detalha a experiência que teve com um desses surdos (Jesus, 2018). Ele relata que o trabalho mostra o desafio do aluno indígena com necessidade educacional especial para se engajar na educação formal, e ser reconhecido no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Principalmente, afirma que esse estudo permitiu constatar que a tecnologia pode favorecer a aprendizagem do jovem surdo por meio da utilização de programas educativos voltados para pessoas surdas, e que é “fundamental investir na Formação Pedagógica Bilíngue, para que possamos dar visibilidade à Língua de Sinais, fazendo com que ela transite também entre os ouvintes Pataxó” Jesus (2018).

3.9 Língua de Sinais Xukuru do Ororubá (LSXO).

No estado de Pernambuco os indígenas Xukuru habitam em um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, ali estão distribuídos em mais de 20 comunidades, essa serra é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de açude e rios.

Figura 12 - Mapa do Estado de Pernambuco, mostrando o município de Pesqueira e o território indígena do povo Xukuru do Ororubá.



Fonte: Scielo.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/HzMMmHHW37nMG4ngghfR8gJ/?lang=pt>.
Acesso: 07 jan. 2024.

Os primeiros registros sobre essa comunidade se iniciaram por volta do século XVI e desde então indicavam que a ocupação nessa região sofria modificações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma comunidade

Xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas dessas foram extintas e as terras logo registradas em nome dos fazendeiros locais.

A maior parte da população local atualmente vive da agricultura, com plantações principalmente de banana, feijão, mandioca, milho e hortaliças, além da criação de gado leiteiro e cabras. Nos últimos anos, com a reapropriação do seu território tradicional, os Xukuru têm se organizado para fortalecer as atividades agropecuárias e firmar sua importância na economia local.

Moura (2020), pesquisadora voluntária, que faz mapeamento de surdos do povo Xukuru do Ororubá, diz que a Libras deve ser inserida em seu contexto escolar, que isso é uma necessidade urgente para garantir o ensino-aprendizagem dos surdos indígenas desse povo. Porém, não se sabe se esses surdos têm uma língua nativa de sinais. Se tiverem, que impacto essa “imposição” da Libras em suas escolas causará? Ela, assim como outros pesquisadores, fala da necessidade de material didático para alfabetização e letramento desses surdos. Entretanto, como linguistas, devemos defender esse letramento em sua língua nativa, que possivelmente existe, e deve ser pesquisada, antes de se fazer qualquer material impondo o uso da Libras.

3.10 Síntese do capítulo

Neste capítulo, fizemos referência a nove línguas (ou possíveis línguas) indígenas de sinais identificadas no território brasileiro. Assim, tem-se a expectativa de abertura para o conhecimento delas e também de outras línguas de sinais não apenas as indígenas, mas também as usadas por outras comunidades minoritárias para além da Libras, a língua de sinais mais conhecida do Brasil. Que apresenta riscos destas línguas (emergentes), desaparecerem a partir da presença da Libras, já que muitos surdos estão isolados em diferentes comunidades e que se encontram de maneira esporádica.

Para concluir, importa ainda dizer algo sobre a expectativa tipológica e

genealógica das línguas de sinais indígenas, posto que cada uma das nove línguas, aqui referenciadas, são usadas por comunidades indígenas distintas e que possuem línguas orais também diferentes do Português. Embora uma língua de sinais não é a contraparte visual de uma língua oral, mas sim um sistema de comunicação diferente usado em uma mesma comunidade linguística, as línguas de sinais indígenas, por ora, seguem a classificação de Rodrigues (1986) para as línguas orais faladas por indígenas ouvintes.

Dessa maneira, considera-se que as línguas Ka'apor e Guarani Kaiowá (ambas pertencentes à família linguística Tupi-Guarani), Sateré-Mawé (família Mawé) e Paitér-Suruí (família Mondé) classificam-se como membros do Tronco Tupi. Já as línguas Kaingang e Akwe-Xerente (ambas pertencentes à família Jê) e Pataxó (família Maxakali) são classificadas como línguas do tronco Macro-Jê. O Terena é uma língua da família Aruak, que não está classificada em nenhum dos dois troncos linguísticos citados. Por fim, a língua usada na capital do Estado do Pará, Belém, possui somente indício de origem indígena e, assim sendo, não possui classificação genética para essa língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto nesta dissertação, os levantamentos oficiais dão conta de que, existem no Brasil 274 línguas indígenas ainda sendo faladas. Embora muitos se admirem desse número, sabe-se que, antes de os portugueses chegarem ao território brasileiro, havia entre 600 a 1000 línguas sendo faladas pelos nativos habitantes do território há tempos imemoráveis. Em pouco mais de cinco séculos, portanto, o desaparecimento de línguas é algo muito grave e nos mostra que o número atual de línguas está muito aquém do que deveríamos ter em nosso país em termos de diversidade linguística.

Considerando esse quadro, pode-se considerar que as línguas indígenas ainda faladas correm risco de também desaparecer dentro dos próximos 100 anos, caso haja diminuição de seus falantes ou caso as crianças não passem pelo aprendizado delas dentro das comunidades para estudar em escolas onde se fala somente a Língua Portuguesa.

Isso porque a maioria dessas línguas ainda são de tradição apenas oral e não escrita e, assim sendo, quando essas línguas desaparecem, também desaparecem com ela tradições históricas seculares contadas oralmente, de geração a geração. Nesse contexto e iminente perda de línguas minoritárias brasileiras, inserem-se também as línguas indígenas de sinais, as quais se mostram tão fragilizadas quanto as línguas indígenas orais.

E, no âmbito dessas preocupações, apresentamos as considerações finais deste estudo, cujo foco esteve e ainda está nas chamadas línguas minoritárias, quanto a catalogação, mais especificamente, nas línguas de sinais indígenas, as quais dizem respeito a usuários pertencentes aos povos originários brasileiros.

No trabalho de investigação, chamou-nos atenção o fato de que as línguas de sinais indígenas, assim como as línguas indígenas orais, apresentam número reduzido de usuários, no caso de sinalizantes. Em especial, são poucos casos de pessoas sinalizantes idosas, sejam surdas ou ouvintes, o que implica a possibilidade de perda dessas línguas de sinais. Além

disso, é notória a falta de registro e documentação dessas línguas, o que contribui para a sua extinção.

Não há dúvidas de que o fortalecimento de línguas de sinais indígenas também é urgente e relevante para a manutenção e preservação de conhecimentos diversos dos usuários dessas línguas, tais como saberes biológicos, farmacêuticos, culinários, culturais, dentre outros.

O desaparecimento de uma língua de sinal pode gerar o esquecimento de conhecimentos culturais e históricos de um povo indígena tanto quanto quando ocorre o desaparecimento de uma língua indígena oral.

Então, como dissemos nesta dissertação, seria muito importante levar em consideração o contexto atual em que ações tão relevantes, como a proposta da UNESCO em estabelecer a década das línguas indígenas (2022 a 2032), visando a desenvolver mais estudos do tipo descrições e documentações dessas línguas, principalmente das que atualmente estão mais vulneráveis, sobre as línguas de sinais indígenas. Isso poderá ampliar o escopo de conhecimento e, conseqüentemente, de valorização da diversidade linguística em termos das línguas de sinais.

Nesse sentido, é importante lembrar que as características sociodemográficas para o ensino-aprendizado da língua de sinais devem ser garantidas ao sujeito surdo para que adquira sua identidade correlacionada a sua cultura. Isso pode ser feito por meio do acesso às informações, aos saberes, à educação específica para ele, no caso dos surdos indígenas, a educação indígena.

Nesses termos, o ensino da língua indígena se dá em respeito aos direitos da cultura indígena previstos pela Constituição Brasileira, conforme Art. 2º do Decreto No. 6.861 de maio de 2009, o qual determina que essa educação tem como objetivo a valorização e manutenção das culturas dos povos indígenas, bem como o fortalecimento das práticas socioculturais das línguas indígenas maternas de cada etnia.

Assim, é preciso que, no âmbito escolar em que há estudantes surdos, a educação ocorra de forma trilingue, tendo também foco na língua de sinais indígenas utilizada dentro de sua comunidade indígena. Isso porque, para que

o sujeito indígena surdo aprenda sinais novos ou, no caso do indígena ouvinte, uma língua nova, a língua de sinais, é preciso sua inserção no universo do outro, ou seja, é necessário adentrar na sociedade de forma geral por meio da língua do outro, da língua dos não indígenas (surdos e ouvintes).

Uma outra forma interessante para o aprendizado de línguas é a elaboração de aplicativos de celular que traduz e ensina algumas línguas indígenas e indígenas de sinais para a língua portuguesa, processo esse auxilia na preservação de algumas dessas línguas tanto quanto ao envio de mensagens em seu idioma. Segundo afirma Mussato a representação do indígena surdo na instituição escolar:

Como o local em que se aprende a língua socialmente aceita por seu número de falantes e com uma possibilidade de se inscrever nos seus meandros, nos sentidos produzidos por ela. Ao mesmo tempo em que os indígenas surdos vivenciam certo entusiasmo por poder comunicar por meio dos sinais com os demais surdos, enxergam a necessidade de integrar-se no mundo dos ouvintes, por meio da escrita. Porém, aquilo que levava a um ponto de identificação com o outro, principalmente com seus familiares se desloca e provoca a desconstrução daquilo que, para ele, caracterizava pertencer ao grupo por meio do domínio da língua do outro (Mussato, 2021, p. 23).

Se mais pesquisas forem desenvolvidas, materiais didáticos específicos para estes surdos podem ser produzidos, intérpretes e professores podem ser capacitados para o ensino destes e enfim, novas políticas públicas serão criadas para estes grupos, possibilitando que o ensino seja em sua língua de sinais e não em escolas de não indígenas na cidade, ou até mesmo em escolas indígenas de suas respectivas aldeias com intérpretes de libras, o que pode até parecer inclusão ou solução política para a situação educacional deles, se não considerarmos sua situação sociolinguística, tendo em vista os direitos linguísticos garantidos. Essa pesquisa se torna relevante para com que todos conheçam e reconheçam a importância e a urgência de estudos com essa temática para que assim essas línguas indígenas de sinais não desapareçam com o decorrer dos anos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lucas Gomes; XAVIER, André Nogueira. As línguas de sinais são línguas naturais? **Revista Porto das Letras: Toponímia em Letras**, Vol. 8, N. 2, 2022. p. 1-14.

ALMEIDA-SILVA, Anderson; NEVINS, Andrew Ira. Observações sobre a estrutura linguística da Cena: a língua de sinais emergente da Várzea Queimada (Piauí, Brasil). **Revista Linguagem & Ensino**, v. 23, n. 4, OUT-DEZ, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/index> Pelotas. Acesso em: 20 ago. 2022.

ALMEIRA, Marco Antônio Bomfoco. Ergatividade em Kaingang: um estudo descritivo funcional. **Tese (Doutorado em Linguística)**. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

BALÉE, William L. Biodiversidade e os índios amazônicos. Viveiros de Castro, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: USP-NHII/FAPESP, 1993. p. 385-93.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2011.

BARNABÉ, Eduardo Gomes. A História dos Povos Indígenas Brasileiros. **Escola Nacional de Administração Pública – ENAP**, Brasília/DF, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6820/1/M%c3%b3dulo%201%20-%20A%20Hist%c3%b3ria%20dos%20povos%20ind%c3%adgenas%20brasileiros.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BARRIVIEIRA, Cristiane Laureth; CLEI, Diones Teodoro Lopes; CHRISTINE, Maria Berdusco Menezes; DE CÁSSIA, Rita Silva Sanglard. Indígenas surdos, identidade cultural e a interculturalidade em outra perspectiva. **Revista SCIAS Língua de Sinais**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 147 – 162, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasls/article/view/6797>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BELLUGI, Ursula; KLIMA, Edward. *The Signsoflanguage*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

BIGOGNO, Paula Guedes. *Você é Surdo ou Ouvinte? Etnografia com surdos em Juiz de Fora - MG*, 2013, 81 p. **Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais)** – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez., 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN** (Lei nº 9.394, de 20 de dez de 1996).

BRASIL. **Lei n. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr., 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 jul., 2022.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2009. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p.17**.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRITO, Fábio Bezerra de. **O Movimento Surdo no Brasil: a busca por direitos**. Jorsen, 04 ago, 2016. Disponível em: <https://nasejournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12214>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma Gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

CÂNDIDO, Gláucia Vieira; OLIVEIRA, Christiane Cunha. **A Importância dos Estudos das Línguas Indígenas do Brasil**. In: Museu Casa de Cora Coralina (Org.). Vintém de Cobre. 1 Ed. Goiânia: KELPS, 2018, v. 1, p. 249-270.

CAPOVILLA, Fernando César. Sobre a falácia de tratar as crianças ouvintes como se fossem surdas, e as surdas, como se fossem ouvintes ou deficientes auditivas: pelo reconhecimento do status linguístico especial da população escolar surda. In: SÁ, Nídia Regina L. de. **Surdos: qual escola?** Manaus: Valer, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CIDADES, **do meu Brasil Galeria de fotos** disponível em: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/to/marianopolis_do_tocantins. Acesso em: 09 dez. 2023.

D'ALMEIDA LOBO, Gustavo Adolfo; LIMA, Kátia Regina Rodrigues. Pesquisa em Educação: Métodos e epistemologias. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0596–0603, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14618>. Acesso em: 5 jul. 2023.

DECRETO, nº 11.509, de 28 de abril de 2023, Mato Grosso, MG, 2023. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/decreto-no-11-509-de-28-de-abril-de-2023/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 ago 2023.

DIXON, Robert Malcolm Ward. **The Languages of Austrália**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

DUARTE, Fábio Bonfim. **Diversidade linguística no Brasil**: a situação das línguas ameríndias. *Caletroscópio*, v. 4, p. 27-62-62, 2016.

EMBRAPA, **Documentos**. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1355054/26025431/SITE+ARVORES_FICHA_45_Joannesia+princeps.pdf/4acbe3b7-2c88-f44b-4938-48f4c3ec53dc. Acesso em: 09 dez. 2023.

ETNOAMBIENTAL, Kanindé **Associação de Defesa**; MINDLIN, Betty. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/PovoPaiter_Surui. Acesso em: 07 jan. 2024.

EURONEWS, **Reportagem**. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/08/30/morreu-o-ultimo-indio-tanaru-da-amazonia-brasileira>. Acesso em: 01 Jan. 2023.

FELIPE, Tânia A. **Libras em contexto**: curso básico. 7. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS editora gráfica, 2006.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 Jul. 2023.

GALERIA, de Fotos. Disponível em: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=383&evento=8>. Acesso em: 08 dez. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6, 2. reimpressão. SÃO PAULO: Atlas, 2009, 200.

Godoy, Gustavo. **Os Ka'apor, os Gestos e os Sinais**. Disponível em: https://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/tese%3Agodoy2020/Godoy_2020_Os_Kaapor_os_gestos_e_os_sinais.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

GOMES, João Carlos; VILHALVA, Shirley. **Epistemologias Azuis das Línguas de Sinais Indígenas**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, V. 24, N. 4, out. 2022. p. 811-825. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167625922022000400811&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2023.

GORETE NETO, Maria. A Década Internacional das Línguas Indígenas e as línguas em uso pelos povos indígenas brasileiros: contribuições da Linguística Aplicada. DELTA: **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, V. 38, N. 4, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/i/2022.v38n4/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GREENBERG, Joseph Harold. **Languages in the Americas**. Stanford: **Stanford University Press**, 1987.

GREENBERG, Joseph Harold. **Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements**. In: GREENBERG, Joseph Harold (Ed). **Universals of Language**. 2. ed. Cambridge: The MIT Press, 1966. p. 58-90. (Primeira edição em 1963).

GRIMES, Barbara F.; GRIMES, Joseph E. **Ethnologue: Languages of the World**. 14 ed. Dallas: Sil International, 2000.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007. https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47933/1/u1_d24_v21_t01.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística / pesquisa, Thiago Costa Chacon [et al.]. – Brasília, DF: Iphan, 2014.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrativo da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultura, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Centro de Documentação e Disseminação de Informações: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os Indígenas no Censo Demográfico 2022: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico. 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 17 fev. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico. 2022**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal#:~:text=Em%202022%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,de%20residentes%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional>. Acesso em: 12 fev. 2024.

INDÍGENAS, **Brasileiros Sateré Mawê**. Disponível em: <https://indigenasbrasileiros.blogspot.com/2015/12/satere-mawe.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.

INDÍGENAS, **Kaapor do Maranhão**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/01/09/indigenas-kaapor-do-maranhao-buscam-romper-com-o-resto-da-sociedade/>. Acesso em 10 Jul. 2023.

INDÍGENAS. **IBGE Educa**, 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-obrasil/populacao/20506-indigenas.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KAKUMASU, James Y. **Urubu-Kaapor Sign Language**. *International Journal of American Linguistics*, Vol. 4, N. 34, 1968. p. 275-281.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo**. In: LODI, Ana Claudia Boleiro (orgs) *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

KOZLOWSKI, Lorena. **A educação bilíngue-bicultural do surdo**. In Lacerda, Cristina Broglia Feitosa; Nakamura; Lima, Maria Claudete (org.), *Surdez e abordagem bilíngue*. São Paulo: Plexus, 2000.

LADEIRA, Maria Elisa; AZANHA, Gilberto. Terena. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena> Acesso em: 07 jan. 2024.

LINGUA, **Terena**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_terena. Acesso em: 08 dez. 2023.

LOPES, Maria Cecília. **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

LORENZ, Sônia da Silva. **Povos indígenas no Brasil**, 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sater%C3%A9_Maw%C3%A9. Acesso em: 12 mar. 2024.

LUCIANO-BANIWA, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MENEZES, Jane Eire Silva Alencar de; FEITOSA, Cléia Rocha de Sousa. **Língua Brasileira de Sinais (Libras).** Fortaleza: Editora da UECE, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MUSSATO, Michelle Sousa. **O que é ser índio sendo surdo?** Um olhar transdisciplinar– Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3598/8/O%20que%20%C3%A9%20ser%20%C3%ADndio%20sendo%20surdo%20editado%2008-04.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções, Educação por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do. **Representações Lexicais da Língua de Sinais Brasileira: uma proposta lexicográfica.** 2009.

NORMAND, Claudine. Saussure. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

OKOTEVE JA VY'A **Educação escolar indígena e educação indígena: contrastes, conflitos e necessidades.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/linguas-e-cultura-indigena-em-foco>. Acesso em: 08 de mar. 2024.

OLIVEIRA, Christiane Cunha de; CUNHA, Karina Miranda Machado Borges (2009). **Concordância verbal em Língua de Sinais e suas implicações na escrita da segunda língua.** Eutomia. Revista de Literatura e Linguística. 1(3): 1-19. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1830/1414>.

PÁDUA, Elizabeth Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa em educação**: abordagem teórico-prático. 4 ed. Campinas: Papyrus, 1997.

PAULA, Luís Roberto de. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xerente>. Acesso em: 08 jan. 2024.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos**. Aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

REDE CLUBE. **Entenda por que Várzea Queimada, em Jaicós-PI, tem um surdo a cada 25 crianças nascidas**. Disponível em: <https://portalclubenews.com/2022/02/27/grande-quantidade-de-surdos-em-comunidade-do-piaui-e-explicada-por-especialista/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN**. In: (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Aryon D'Alligna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1994.

RODRIGUES, Aryon D'Alligna. **Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil**. *Ciência e Cultura*. V. 2, p. 35-38

ROSETTO, Gislaine et al. **Desafios dos estudos “Estado da Arte”**: estratégias de pesquisa na pós-graduação. *Educação: saberes e práticas*, v. 2, n. 1, 2013.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó de Monte Pascoal**. Brasília. Ministério da Justiça. Funai. 2000.

SANTANA, Caio. **Um Brasil de 154 línguas**. Jornal da USP, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/um-brasil-de-154-linguas/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SANTOS, Marceline Guedes dos. **O estado da arte das línguas de sinais indígenas no Brasil: estudos desenvolvidos entre 1995-2021**. In: (Des)Fazendo Saberes na Fronteira. Anais... São Borja (RS) Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/desfazendosaberes/494702-o-estado-da-arte-das-linguas-de-sinais-indigenas-no-brasil--estudos-desenvolvidos-entre-1995-2021>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol; SANTOS, Carlos Afonso Ferreira dos; SERIQUE, Nádia Passos; LIMA, Rafael Rodrigues. **Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos**. Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 202–220, 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.215. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/215>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, Renato de Oliveira dos. **Saberes e Ocupações Tradicionais: memória e visitação na Aldeia Guarani Mbya Araponga – RJ**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2020_Mestrado_Renato_Santo-1.pdf. Acesso em: 08 abr. 2024.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de linguística geral. 34^o edição. São Paulo: Cultrix, 2012. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

SCIELO, **documentos**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/HzMMmHHW37nMG4ngghfR8gJ/?lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SILVA, Daniel Neves. **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>. Acesso em: 05 Jul. 2023.

SILVA, Dina Souza da; QUADROS, Ronice Muller de. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. **Sign languages of isolated communities found in Brazil. Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 22111–22127, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/4167>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SKLIAR, Carlos Bernardo; Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e as diferenças. In. SKLIAR, Carlos Bernardo (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; FARGETTI, Cristina Martins; Línguas indígenas de sinais: pesquisas no Brasil. LIAMES: **Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022004, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8667592>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SPINASSÉ, Karen Pupp. **Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil**. Revista Contingentia, V. 1, novembro 2006. p. 01-10.

STOKOE, Willian. **Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. Studies. Linguistics: Occasional Papers**, v. 8, 1960.

STORTO, Luciana Raccanello. **Línguas indígenas: tradição, universais e diversidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. **Aspectos Linguísticos da Libras: Língua Brasileira de Sinais**. Paraná: SEED/SUED/DEE, 1998.

TRIBOS, **indígenas do estado do Amazonas**. Disponível em: <http://noamazonaseassim.com.br/as-tribos-indigenas-do-estado-do-amazonas/>. Acesso em 18 ago. 2023.

USP. **Jornal da universidade de São Paulo**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/um-brasil-de-154-linguas/> Acesso em: 20 set. 2023.

WOODWARD, James. C. Jr. **Signs of change: historical variation in american sign of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1976.